

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Básica

Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino  
Coordenação - Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional  
dos Sistemas de Ensino

Programa Nacional de Capacitação de  
Conselheiros Municipais de Educação

# Perfil dos Conselhos Municipais de Educação

## 2005

Brasília - DF  
Abril de 2006

Perfil dos  
Conselhos Municipais  
de Educação

2005

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	9
O SICME .....	11
1 - INTRODUÇÃO .....	12
2. SISTEMAS DE ENSINO E CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO .....	13
2.1. Existência de Sistema, Conselho e Plano Municipal de Educação .....	14
2.1.1. Comparativo do cadastramento quanto à existência de Sistema, Conselho e Plano Municipal de Educação .....	19
2.2. Interesse dos municípios na criação dos conselhos de educação .....	24
2.3. Funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação .....	28
2.3.1. Comparativo do cadastramento quanto ao funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação .....	35
2.3.2. Razões do não funcionamento dos CME .....	36
3. FUNÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO .....	38
3.1. Funções atribuídas aos conselhos municipais de educação .....	39
3.2. Funções exercidas pelos conselhos municipais de educação .....	46
4. COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO .....	46
4.1. Número de conselheiros nos conselhos municipais de educação .....	47
4.2. Mandatos dos conselheiros nos conselhos municipais de educação .....	50
4.3. Representatividade social nos conselhos municipais de educação .....	51
4.4. Escolha dos representantes nos conselhos municipais de educação .....	61
4.5. Escolha do presidente nos conselhos municipais de educação .....	65
5. CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO .....	67
5.1. Periodicidade das reuniões .....	68
5.2. Apoio aos conselheiros .....	70
5.3. Condições materiais .....	72
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	75

# ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Situação dos municípios quanto à existência de Sistema, Plano e CME criados legalmente .....	14
Tabela 1.1 - Comparativo do cadastramento dos municípios em 2004 e 2005 no SICME .....	19
Tabela 1.2 - Comparativo com os municípios cadastrados em 2004 e 2005 no SICME .....	21
Tabela 1.3 - Comparativo com os municípios cadastrados em 2004 e 2005 no SICME .....	24
Tabela 2 - Estados segundo interesse dos municípios em criar CME .....	25
Tabela 3 - Situação de funcionamento dos CME, nos Estados .....	29
Tabela 3.1 - Situação de funcionamento dos CME, com dados de 2004 e 2005, nos Estados .....	32
Tabela 3.2 - Crescimento do número de municípios cadastrados no SICME com CME em funcionamento.....	35
Tabela 4 - Razões do não funcionamento dos CME, em relação a municípios onde o CME já funcionou ou nunca funcionou .....	36
Tabela 5 - Situação dos CME em funcionamento, segundo suas funções .....	39
Tabela 6 - Principais atribuições dos CME em funcionamento, nos estados .....	44
Tabela 7 - Situação dos CME em funcionamento, segundo número de conselheiros .....	48
Tabela 8 - Mandato dos CME em funcionamento, segundo duração do mandato .....	50
Tabela 9 - Distribuição dos municípios quanto ao número de representantes de alunos no CME .....	52
Tabela 10 - Distribuição dos municípios quanto ao número de representantes de pais no CME .....	54
Tabela 11 - Distribuição dos municípios quanto ao número de representantes do Poder Executivo no CME .....	56
Tabela 12 - Distribuição dos municípios quanto ao número de representantes de escolas privadas no CME .....	58
Tabela 13 - Distribuição dos municípios quanto ao número de representantes de escolas públicas no CME .....	60
Tabela 14 - Situação dos CME, em funcionamento, segundo forma de escolha dos representantes da comunidade educacional .....	62

Tabela 15 - Situação dos CME, em funcionamento, segundo forma de escolha do Presidente .....	65
Relatório 16 - Situação dos CME em funcionamento, segundo periodicidade das reuniões ordinárias .....	68
Tabela 17 - Situação dos CME, em funcionamento, segundo tipo de apoio financeiro para conselheiro .....	70
Tabela 18 - Situação dos CME, em funcionamento segundo condições materiais .....	72
Tabela 19 – Incremento 2004/2005 na criação de sistemas, conselhos e planos municipais de educação .....	75
Tabela 20 – Comparativo de percentuais entre 2004 e 2005 na criação de sistemas, conselhos e planos municipais de educação .....	76

#### ABREVIATURAS

SEB - Secretaria de Educação Básica;

DASE – Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino;

CAFISE - Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino;

CNE – Conselho Nacional de Educação;

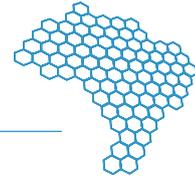
CME – Conselho Municipal de Educação;

UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação;

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação;

SICME - Sistema Nacional de Informações sobre Conselhos Municipais de Educação.





O Ministério de Estado da Educação, considerando seu papel de coordenador da política nacional de educação, visa prestar assistência técnica e financeira para o desenvolvimento dos sistemas de ensino e de atuar em colaboração com Estados e Municípios, assumiu o desafio de investir, no âmbito da Política Nacional de Educação Básica, e no fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação (CME).

Entendidos como órgãos de Estado, os CME são parte estrutural e estruturante da organização e do funcionamento do sistema de ensino no novo ordenamento da educação nacional e devem ser fortalecidos nas suas competências e inseridos no sistema de informações educacionais do Ministério da Educação.

Para abarcar dimensões tão complexas, o Ministério da Educação formulou, com base em experiência que vinha sendo implementada pela União Nacional dos Conselhos Municipais (Uncme), o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho).

São objetivos do Pró-Conselho:

- Manter em funcionamento um banco de dados nacional sobre os Conselhos Municipais de Educação;
- Fortalecer a identidade dos CME como órgãos do Poder Público e parte da estrutura do sistema de ensino;
- Ampliar o conhecimento e o debate da legislação educacional, subsidiando o trabalho dos Conselhos;
- Engajar a atuação dos Conselhos na perspectiva da garantia do direito à educação como política de promoção da inclusão social;
- Promover o intercâmbio e a colaboração entre os CME;
- Propiciar o fortalecimento dos CME;
- Incentivar a participação da sociedade civil na gestão educacional;
- Fomentar a criação de Conselhos Municipais de Educação.

A coordenação e a execução do Programa são de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica, por intermédio da Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino (CAFISE) do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino (DASE).

O Programa é desenvolvido em parceria com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, a Uncme e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e conta com a participação e o apoio de vários órgãos e organismos

internacionais, nacionais, estaduais e municipais. A proposta é implementar ações, acionando e fortalecendo uma rede de proteção ao direito à educação.

O Programa está estruturado em três linhas:

- 1) o desenvolvimento de ações de capacitação de conselheiros municipais de educação;
- 2) a continuidade do Sistema de Informações sobre Conselhos Municipais de Educação (SICME); e
- 3) a assinatura da Revista Documenta do Conselho Nacional de Educação para todos os conselhos municipais de educação em funcionamento e cadastrados no SICME.

No tocante às capacitações foram executados, entre dezembro de 2003 e dezembro de 2005, 28 encontros estaduais de capacitação de conselheiros municipais de educação, em todos os estados do Brasil, sendo beneficiados 5.512 participantes, distribuídos entre conselheiros, secretários de educação e professores. Esta capacitação foi acompanhada pela distribuição da Revista Documenta do Conselho Nacional de Educação, bem como documentos, publicações e o Perfil dos Conselhos Municipais de Educação versão 2004.

Na linha de continuidade do SICME foram realizados as seguintes ações:

- 1) Recadastramento dos CME em 2005;
- 2) Atualização dos formulários e banco de dados;
- 3) análise da consistências dos dados de 2005;
- 4) comparação dos dados de 2004 e de 2005;
- 5) Estabelecimento dos procedimentos de integração e divulgação dos dados no âmbito do sistema de informações educacionais do Ministério da Educação.

Além da análise dos dados, esta publicação divulga, no Anexo 1, o formulário de levantamento de informações dos Conselhos Municipais de Educação de 2005. Esse formulário foi enviado a todos os municípios do Brasil para ser preenchido por aqueles que não tinham acesso à internet.



O SICME é um sistema que fornece subsídios para caracterizar o perfil dos CME do país, subsidiar estudos e pesquisas no campo da gestão democrática e auxiliar a formulação da política de educação básica do Ministério da Educação. É também um instrumento que permitirá o aperfeiçoamento do processo de capacitação de conselheiros, a partir de informações atualizadas sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos. O sistema possibilita ainda o monitoramento do Pró-Conselho, quanto ao seu impacto na criação e no fortalecimento dos CME.

O formulário de coleta de dados de 2005, foi organizado em dois módulos, conforme estrutura definida na primeira coleta em 2004. No primeiro módulo foram levantados os dados e informações quanto à existência do CME, do Plano Municipal de Educação e da organização do Sistema Municipal de Ensino de cada município cadastrado.

O segundo módulo foi respondido exclusivamente pelos municípios que estavam com o Conselho Municipal de Educação em funcionamento, com o objetivo de levantar as características e condições de funcionamento destes CME.

O formulário foi disponibilizado no sítio do Ministério da Educação (<http://www.mec.gov.br/seb/sicme>), na internet, para que os dirigentes e os conselheiros municipais de educação pudessem alimentar on-line o sistema.

Observadas as condições de funcionamento da educação municipal, as quais não asseguram o acesso aos meios informatizados, os formulários foram enviados, também, pelos correios para todos os municípios brasileiros, no mês de abril de 2005. O prazo para recebimento do formulário encerrou-se em 06 de setembro do mesmo ano.

As respostas encaminhadas pelo correio foram digitadas no Ministério da Educação, pela equipe da Coordenação responsável pelo Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.

O processamento dos dados foi realizado em sistema desenvolvido pela Coordenação-Geral de Informática (CEINF) do Ministério da Educação.



# 1. INTRODUÇÃO

---

Este caderno traz a segunda edição do Perfil dos Conselhos Municipais de Educação. A coleta dos dados utilizou o mesmo formulário de informação do SICME adotado em 2004. Além de estar disponível na internet, o formulário foi enviado a todos os municípios brasileiros por via postal. A resposta aos formulários era de caráter espontâneo. Por isso indica adesão dos municípios aos objetivos da pesquisa do SICME, no contexto do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho).

Tratando-se de pesquisa por adesão o esperado era que o número de respostas não correspondesse ao número de municípios existentes. Assim, o número de municípios cadastrados não corresponde ao número de municípios que possuem, ou não, conselhos e sistemas municipais de educação. Sequer é possível fazer uma estimativa estatística, embora, com base nos contatos com grande número de municípios, seja possível avaliar o alto grau de adesão ao SICME por parte dos municípios que possuem conselhos de educação. Por outro lado, algumas questões dos formulários não foram respondidas por todos os municípios que responderam à pesquisa, o que gera discrepâncias entre o número de municípios cadastrados e as respostas a algumas questões.

Infere-se que alguns municípios não encaminharam o formulário em 2005, pois consideraram que, por já o haver enviado em 2004, estariam dispensados de enviá-lo em 2005. Assim, em 2005, o número de respostas foi menor do que em 2004. Por isso, as tabelas 1 e 3, relativas ao número de municípios cadastrados, conselhos criados e em funcionamento, criação de sistemas e planos municipais de educação, são analisadas considerando o conjunto união de informações de 2004 e 2005. Nas demais questões são consideradas somente as respostas aos formulários encaminhados em 2005.

Ao final, são colocadas, à reflexão dos profissionais da educação, algumas considerações. No entanto, cada profissional pode fazer sua leitura dos dados que são espelhados nas tabelas deste caderno. A apresentação de todas as tabelas têm essa intenção: oferecer aos profissionais da educação e pesquisadores o maior número possível de dados primários para as diferentes leituras possíveis.

## 2. SISTEMAS DE ENSINO E CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO



O termo sistema de ensino aparece pela primeira vez, oficialmente no Brasil, na Constituição de 1934. Mas essa Constituição reconheceu somente o Sistema Federal e os sistemas estaduais. Os sistemas municipais de educação, com autonomia própria, só foram instituídos pela Constituição de 1988.

O conceito de sistema traz embutida a idéia da organização de um todo. Ou seja: todas as atividades educacionais sob responsabilidade de um ente federado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) obedecem a um ordenamento legal e a uma estrutura administrativa oficial – o sistema de ensino. Entende-se aqui por sistema de ensino o conjunto de instituições e os princípios e diretrizes legais e normativos da organização e da gestão das atividades educacionais de cada ente federado.

Embora os conselhos de educação integrem hoje a estrutura de gestão dos sistemas de ensino, sua instituição, no Brasil, precedeu a institucionalização daqueles. Assim, na história e na legislação educacional não há uma relação direta entre sistema de ensino e o conselho de educação. Pode haver conselho sem sistema ou sistema sem conselho. Os conselhos de educação assumem uma natureza própria, situados tanto na estrutura de gestão do sistema de ensino, como do Ministério ou das secretarias de educação, como órgãos de deliberação coletiva, segundo as atribuições que lhes são conferidas nas respectivas leis de criação.

A partir da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), instituída pela Lei nº 4.024/61, os conselhos de educação passaram a fazer parte indissociável dos sistemas de ensino. Alguns municípios, mesmo antes da institucionalização dos sistemas municipais de ensino pela Constituição de 1988, criaram seus conselhos de educação, independente da criação do respectivo sistema. A atual LDB somente faz referência ao Conselho Nacional de Educação, remetendo a sua organização a lei própria. Em relação a Estados e Municípios estabelece diretrizes somente para os sistemas de ensino, não se referindo aos conselhos de educação.

Embora a praxe atual vincule sistemas e conselhos de educação, muitos municípios têm hoje instituídos conselhos, mas não sistemas de ensino. Considerando o dispositivo da LDB, que remete o município que não institui legalmente seu sistema de ensino a integrar o sistema estadual, a ausência do sistema municipal limita o âmbito das atribuições do conselho. Na prática, sem sistema próprio, o município abdica de sua autonomia nas competências próprias do sistema de ensino. Por outro lado a não existência do conselho priva o sistema, ou a secretaria de educação, de um fórum de visão plural das questões educacionais e de gestão participativa, democrática.

As tabelas 1 a 4 contém as informações relativas à criação de sistemas e de conselhos de educação nos municípios e sua situação quanto ao funcionamento e à existência de plano municipal de educação. Algumas análises dos dados da pesquisa procuram situar o leitor quanto a esses temas.

## 2.1. Existência de Sistema, Conselho e Plano Municipal de Educação

Para análise da situação da instituição de sistema de ensino, conselho e plano municipal de educação são apresentadas as tabelas 1, 1.a e 1.b. A tabela 1 apresenta as respostas obtidas na pesquisa de 2005 e a tabela 1.a apresenta o conjunto união de respostas obtidas em 2004 e 2005, ou seja: os municípios cadastrados em 2004 e 2005, excluídas as repetições de encaminhamento do formulário de cadastramento.

Tabela 1 - Situação dos municípios quanto à existência de Conselho, Sistema, Plano criados legalmente.

Estados	Sigla	Total de municípios no Estado (*)	Municípios cadastrados		Há lei que cria Conselho ME		Há lei que cria Sistema ME		Há lei que cria Plano ME	
			Nº(**)	%(***)	Nº(**)	%(****)	Nº(**)	%(****)	Nº(**)	%(****)
Acre	AC	22	2	9%			1	50%	2	100%
Alagoas	AL	102	28	27%	8	29%	8	29%	7	25%
Amapá	AP	16	2	13%	1	50%	2	100%	1	50%
Amazonas	AM	62	9	15%	7	78%	6	67%	6	67%
Bahia	BA	417	156	37%	131	84%	94	60%	61	39%
Ceará	CE	184	56	30%	37	66%	29	52%	27	48%
Espírito Santo	ES	78	58	74%	58	100%	17	29%	27	47%
Goiás	GO	246	84	34%	79	94%	50	60%	44	52%
Maranhão	MA	217	47	22%	26	55%	24	51%	21	45%
Mato Grosso	MT	139	56	40%	28	50%	22	39%	23	41%
Mato Grosso do Sul	MS	77	29	38%	16	55%	15	52%	7	24%
Minas Gerais	MG	853	284	33%	233	82%	114	40%	111	39%
Pará	PA	143	24	17%	16	67%	11	46%	8	33%
Paraíba	PB	223	64	29%	46	72%	26	41%	18	28%
Paraná	PR	399	169	42%	61	36%	28	17%	37	22%
Pernambuco	PE	185	50	27%	38	76%	15	30%	24	48%
Piauí	PI	222	42	19%	12	29%	13	31%	16	38%
Rio de Janeiro	RJ	92	56	61%	55	98%	50	89%	16	29%
Rio Grande do Norte	RN	167	59	35%	52	88%	33	56%	39	66%
Rio Grande do Sul	RS	497	234	47%	223	95%	109	47%	83	35%
Rondônia	RO	52	9	17%	3	33%	5	56%	2	22%
Roraima	RR	15	4	27%	2	50%	1	25%	(****)	--
Santa Catarina	SC	293	183	62%	183	100%	140	77%	92	50%
São Paulo	SP	645	336	52%	332	99%	210	63%	171	51%
Sergipe	SE	75	23	31%	12	52%	9	39%	1	4%
Tocantins	TO	139	50	36%	26	52%	21	42%	15	30%
Região Centro-Oeste	CO	462	169	37%	123	73%	87	51%	74	44%
Região Nordeste	NE	1792	525	29%	362	69%	251	48%	214	41%
Região Norte	N	449	100	22%	55	55%	47	47%	34	34%
Região Sudeste	SE	1668	734	44%	678	92%	391	53%	325	44%
Região Sul	S	1189	586	49%	467	80%	277	47%	212	36%
Resultado no Brasil		5560	2114	38%	1685	80%	1053	50%	859	41%

(\*) – Fonte: IBGE-2001.

(\*\*) – Fonte: SICME, dados de 2005.

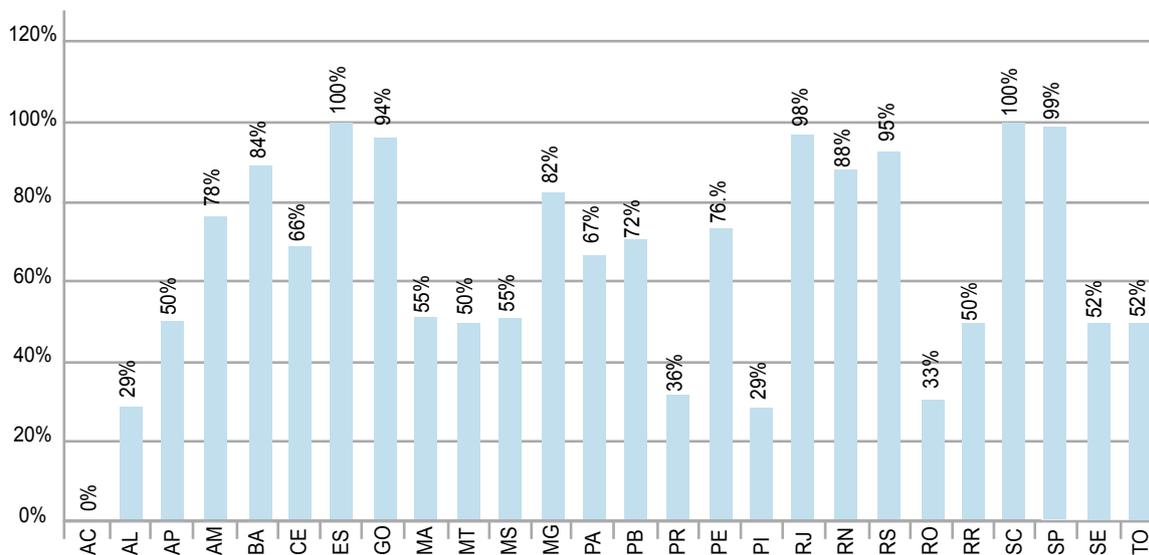
(\*\*\*) – Percentual sobre o total de municípios do estado.

(\*\*\*\*) – Percentual sobre o total de municípios cadastrados no SICME.

(\*\*\*\*\*) – Dados não informados.

A Tabela 1 apresenta os municípios que informaram dados – por meio de formulário ou resposta via internet – para o cadastramento no SICME em 2005. Responderam à pesquisa 2.114 municípios (38% de todos os municípios brasileiros). Sendo que, desse total, 80% possuem a lei que cria o Conselho Municipal de Educação, 50% possuem a lei que cria o Sistema Municipal de Ensino, e 41% possuem a lei que cria o Plano Municipal de Ensino.

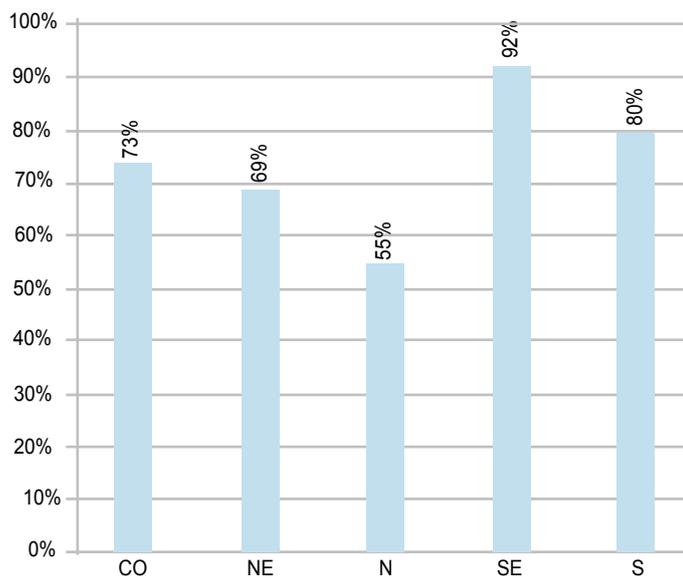
Gráfico 1 – Percentuais dos municípios, por estado, onde existe lei que cria o Conselho.



Fonte: SICME.

No que concerne a existência de lei que cria os CME: Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás - nesta ordem – são as unidades da federação onde no mínimo 90% dos municípios que responderam à pesquisa possuem a lei que cria o CME. O menor índice é encontrado no Piauí e Alagoas (29%), seguido de Rondônia e Paraná, todos situados abaixo de 50%.

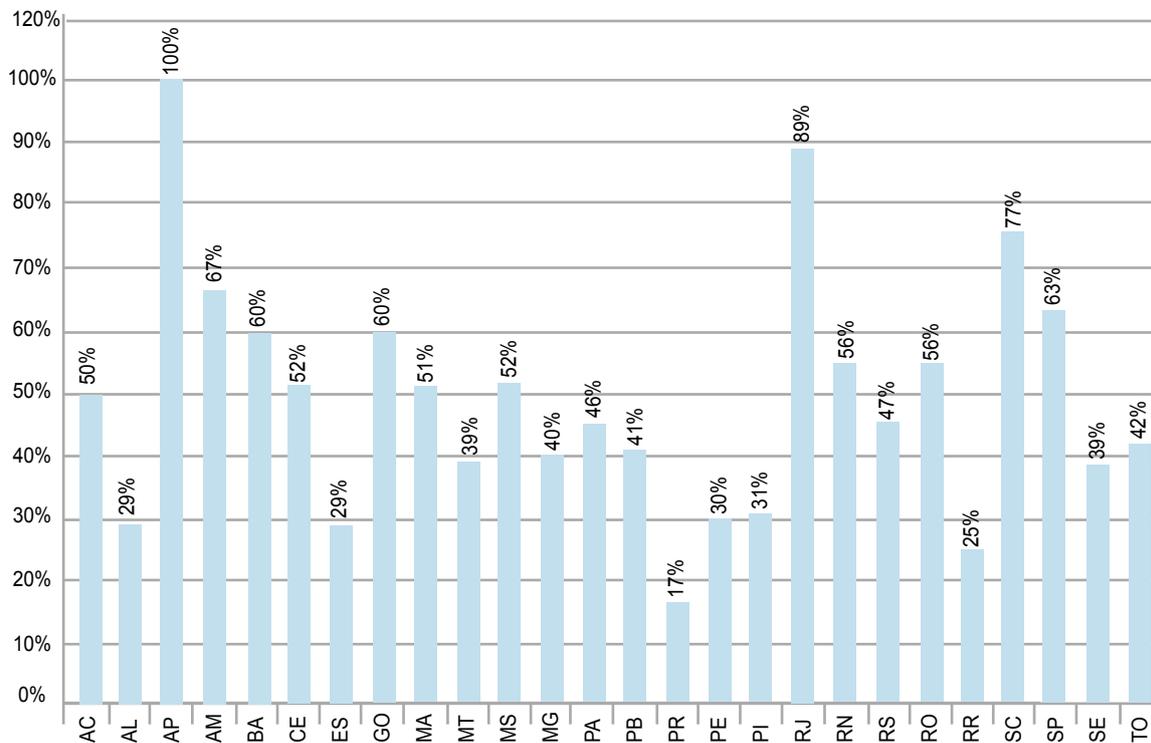
Gráfico 2 – Percentuais dos municípios, por região, onde existe lei que cria o Conselho.



Fonte: SICME.

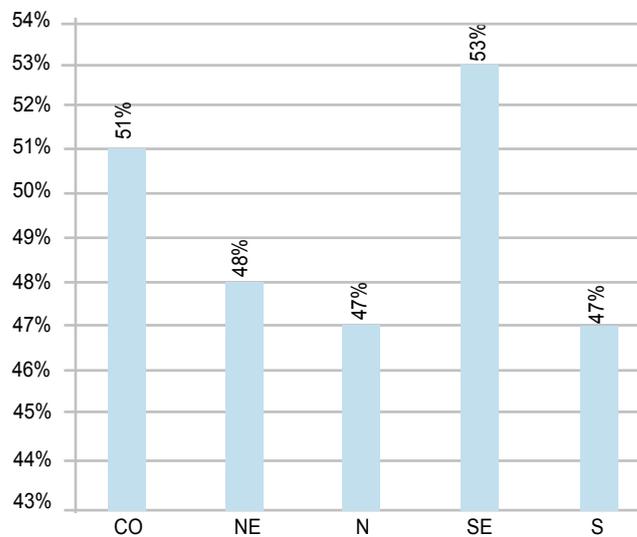
Amapá, Rondônia, Piauí e Acre são os únicos estados que apresentaram em 2005 mais municípios com a lei que cria o SME do que municípios com a lei que cria o CME. No sentido inverso, ES (29%), PE, RS e MG – nesta ordem – são as unidades da federação que apresentam menor índice de municípios que possuem a lei que cria o SME em relação àqueles que possuem a lei que cria o CME – sempre menor que 50%.

Gráfico 3 – Percentuais dos municípios, por estado, onde existe lei que cria o Sistema.



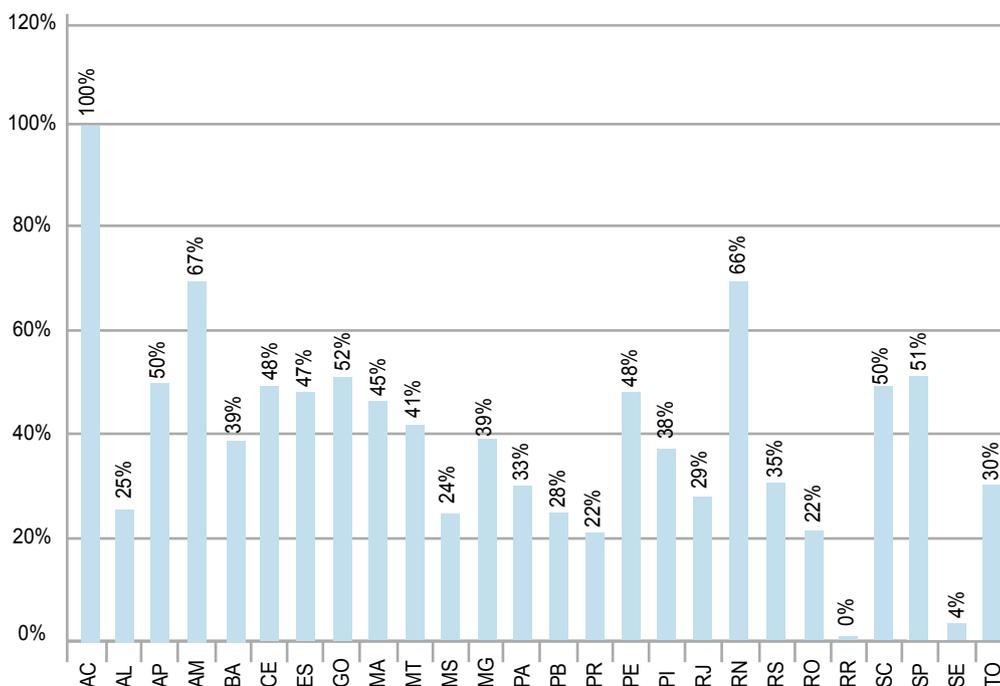
Fonte: SICME.

Gráfico 4 – Percentuais dos municípios, por região, onde existe lei que cria o Sistema.



Fonte: SICME.

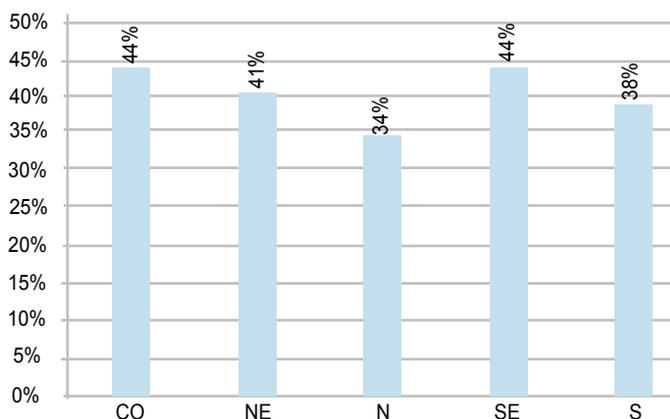
Gráfico 5 – Percentuais dos municípios, por estado, onde existe lei que cria o Plano.



Fonte: SICME.

Estes dados indicam que – na maioria dos casos e estados – a existência do CME independe da organização de um sistema de ensino municipal próprio. Porém, é o amparo legal que sustenta a continuidade da operação (funcionamento regular) dos CME, como será possível verificar adiante.

Gráfico 6 – Percentuais dos municípios, por região, onde existe lei que cria o Plano.



Fonte: SICME.

Não há correlação entre as diferenças relatadas acima e localização (região) geográfica do país.

### 2.1.1. Comparativo do cadastramento quanto a existência de Sistema, Conselho e Plano Municipal de Educação

Tabela 1.1 – Crescimento do número de municípios cadastrados no SICME.

	Número de municípios do Brasil	2004		2005			Variação de crescimento dos cadastrados % (D)/(B)
		Número de cadastrados	% sobre o Total de municípios do Brasil (B)/(A)	Número de novos cadastrados	Total de cadastrados em 2004 e 2005 (B)+(D)	% sobre o Total de municípios do Brasil (E)/(A)	
Municípios cadastrados	5560	2425	44%	956	3.381	61%	39%
Há lei que cria Conselho Municipal de Educação	5560	1751	31%	769	2.520	45%	44%
Há lei que cria Sistema Municipal de Educação	5560	937	17%	588	1.525	27%	63%
Há lei que cria Plano Municipal de Educação	5560	392	7%	712	1.104	20%	182%

Fonte: SICME, 2004 / 2005.

Observação: A tabela 1.1 visa demonstrar os municípios que informaram seus dados pela primeira vez no SICME, tanto em 2004 como em 2005. Não se levou em consideração as informações repetidas dos municípios de um ano para outro.

Em relação ao total de municípios do Brasil, o cadastramento no SICME, que era de 44% dos municípios em 2004, subiu, em 2005, para o percentual de 61% dos municípios brasileiros. Em 2004, primeiro ano de cadastramento no SICME, cadastraram-se 2.425 municípios. Em 2005, o total de novos municípios com informações no SICME, teve um incremento de 956, alcançando o total de 3.381 municípios do Brasil com informações no SICME, somando-se 2004 e 2005. Como pode-se visualizar pela Tabela 1, o ano de 2005 teve o total de 2.114 cadastrados, destes 1.158 já haviam se cadastrado em 2004, e 956 fizeram seu cadastramento pela primeira vez no SICME. Assim a Tabela 1.1 não leva em consideração os municípios que se cadastraram em 2005 e que já haviam realizado seu cadastro em 2004. A hipótese que se levantou na apresentação deste trabalho de que os municípios, por já haverem enviado as informações em 2004, entenderam não haver a necessidade de fazer o mesmo em

2005, tem seu fundamento aqui, devido ao pequeno incremento de novos municípios cadastrados de um ano para o outro. Dado que o cadastramento era por adesão, os municípios poderiam fazer ou não seu cadastramento. Considerou-se assim a hipótese de que a criação por lei não seria anulada de um ano para outro, para fins da análise da tabela acima.

Ainda em relação ao número total de municípios do Brasil (5.560), o número de municípios brasileiros que apresentam a lei que cria o CME aumentou de 31% para 45%, com um aumento de 769 novos municípios que apresentam a lei que cria o Conselho Municipal de Educação. Aumentou para 27% dos municípios do Brasil aqueles que já criaram o Sistema Municipal de Educação. Houve também um aumento de 7% para 20% dos municípios brasileiros, os que apresentam lei que cria o Plano Municipal de Educação.

Quanto ao número de municípios cadastrados entre um ano e outro, o SICME teve um incremento de 39% no número de municípios cadastrados. Houve um aumento de 44% no número de municípios onde existe a lei que cria o CME. Os municípios que apresentam a lei que cria o Sistema Municipal de Educação também cresceu num percentual de 63%, entre um ano e outro. O número de municípios que tem legislação de criação de Plano Municipal de Educação, foi o que apresentou um maior aumento percentual, da ordem de 182%.

Tabela 1.2- Comparativo do cadastramento dos municípios em 2004 e 2005 no SICME.

Estados	Sigla	Total de municípios no Estado (*)	Total de municípios que se cadastraram no SICME em 2004 e 2005		Municípios que se cadastraram no SICME em 2004 e 2005, com lei que cria o Conselho Municipal de Educação (CME)		Municípios que se cadastraram no SICME em 2004 e 2005, com lei que cria o Sistema Municipal de Educação (SME)		Municípios que se cadastraram no SICME em 2004 e 2005, com lei que cria o Plano Municipal de Educação (PME)	
			Nº(**)	%(***)	Nº(**)	%(***)	Nº(**)	%(***)	Nº(**)	%(***)
Acre	AC	22	15	68%	1	5%	1	5%	2	9%
Alagoas	AL	102	53	52%	17	17%	13	13%	8	8%
Amapá	AP	16	8	50%	4	25%	6	38%	2	13%
Amazonas	AM	62	23	37%	16	26%	13	21%	10	16%
Bahia	BA	417	242	58%	202	48%	146	35%	78	19%
Ceará	CE	184	97	53%	54	29%	40	22%	32	17%
Espírito Santo	ES	78	69	88%	65	83%	20	26%	30	38%
Goiás	GO	246	138	56%	131	53%	76	31%	64	26%
Maranhão	MA	217	85	39%	40	18%	34	16%	34	16%
Mato Grosso	MT	139	81	58%	38	27%	27	19%	24	17%
Mato Grosso do Sul	MS	77	55	71%	24	31%	21	27%	8	10%
Minas Gerais	MG	853	448	53%	351	41%	172	20%	139	16%
Pará	PA	143	53	37%	25	17%	15	10%	14	10%
Paraíba	PB	223	112	50%	68	30%	39	17%	24	11%
Paraná	PR	399	257	64%	83	21%	43	11%	45	11%
Pernambuco	PE	185	130	70%	90	49%	22	12%	27	15%
Piauí	PI	222	88	40%	23	10%	25	11%	26	12%
Rio de Janeiro	RJ	92	73	79%	71	77%	64	70%	18	20%
Rio Grande do Norte	RN	167	97	58%	84	50%	48	29%	60	36%
Rio Grande do Sul	RS	497	371	75%	349	70%	152	31%	104	21%
Rondônia	RO	52	28	54%	7	13%	14	27%	7	13%
Roraima	RR	15	6	40%	3	20%	3	20%	0	0
Santa Catarina	SC	293	242	83%	241	82%	182	62%	104	35%
São Paulo	SP	645	467	72%	454	70%	289	45%	214	33%
Sergipe	SE	75	45	60%	23	31%	18	24%	5	7%
Tocantins	TO	139	98	71%	56	40%	42	30%	25	18%
Região Centro-Oeste	CO	462	274	59%	193	42%	124	27%	96	21%
Região Nordeste	NE	1792	949	53%	601	34%	385	21%	294	16%
Região Norte	N	449	231	51%	112	25%	94	21%	60	13%
Região Sudeste	SE	1668	1057	63%	941	56%	545	33%	401	24%
Região Sul	S	1189	870	73%	673	57%	377	32%	253	21%
Resultado no Brasil		5560	3381	61%	2520	45%	1525	27%	1104	20%

(\*) - Fonte: IBGE-2001.

(\*\*) - Fonte SICME, dados de 2004 e 2005.

(\*\*\*) - Percentual sobre o total de municípios do estado.

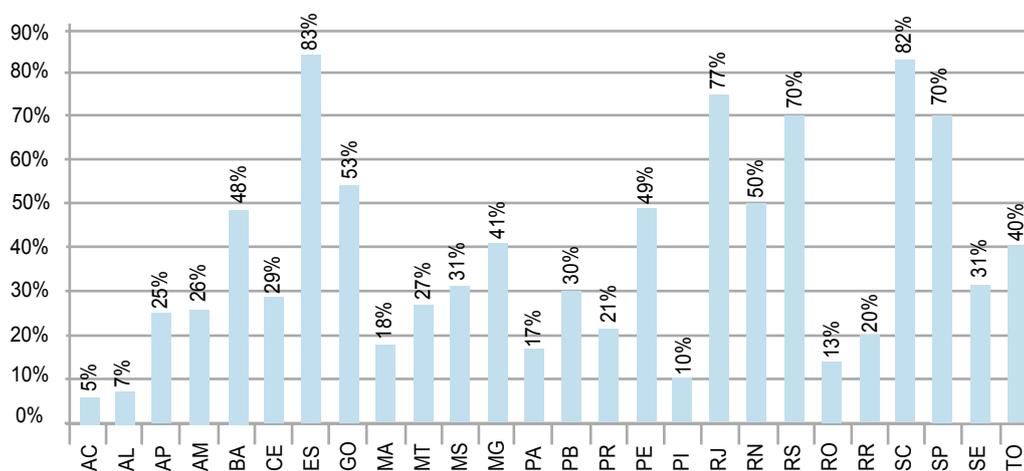
As respostas obtidas para a etapa 2005 da pesquisa apresentaram, para algumas unidades da federação, número inferior quando comparadas com o ano de 2004. Considerando a hipótese de que não houve extinção de CME entre 2004 e 2005, para este ano foi criada a tabela 1.2, que considera os números cadastrados no SICME que responderam a pesquisa nos anos de 2004, 2005 ou ambos. Ou seja, na Tabela 1.2 são apresentados os resultados do conjunto união entre os cadastros de 2004 e 2005.

O SICME possui cadastrados 3.381 (61%) dos 5.560 municípios brasileiros. A maioria - 2.520 (74% dos cadastrados e 45% do total de municípios) – possui lei que cria o CME. O SME está instituído em 1.525 municípios (45% dos cadastrados e 27% do total de municípios). Já o PME está instituído em 1104 municípios (32% dos cadastrados e 20% dos municípios brasileiros).

A maior concentração de CME em termos proporcionais se dá nos estados do Sul e Sudeste (incluindo neste grupo Mato Grosso, e excluindo Minas Gerais). Para este grupo, a média de municípios com CME é de 52%, com PR (61%) e MT (47%) liderando o interesse em criação de novos CME.

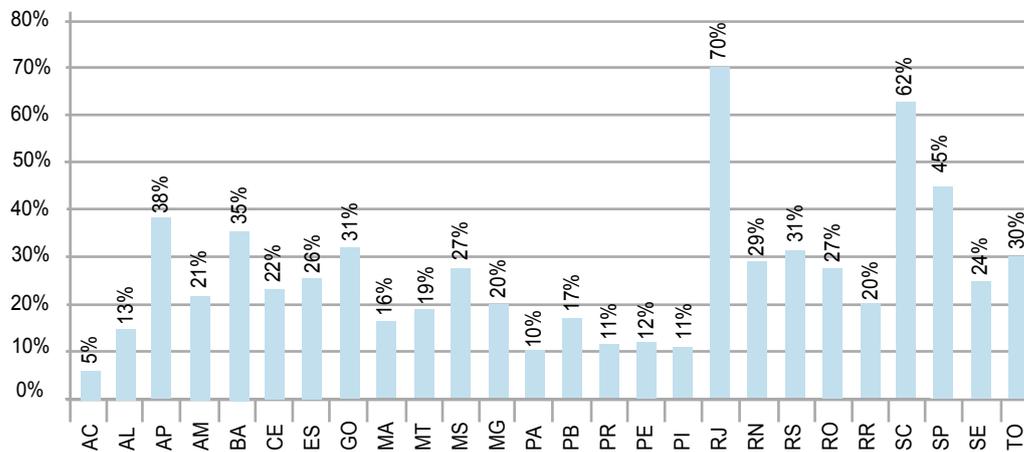
Quando comparadas, as tabelas 1.2 e 3 apresentam números que sugerem a existência de uma relação de causa e efeito entre os municípios que possuem a Lei que cria o CME e aqueles onde o CME funciona regularmente, ou seja, a existência de lei é fator preponderante para a operação regular dos CME. Como será possível constatar ao longo das análises das demais tabelas, este fator não apenas é preponderante como também é o principal.

Gráfico 7 - Percentuais de municípios, por estado, cadastrados no SICME e com lei que cria CME.



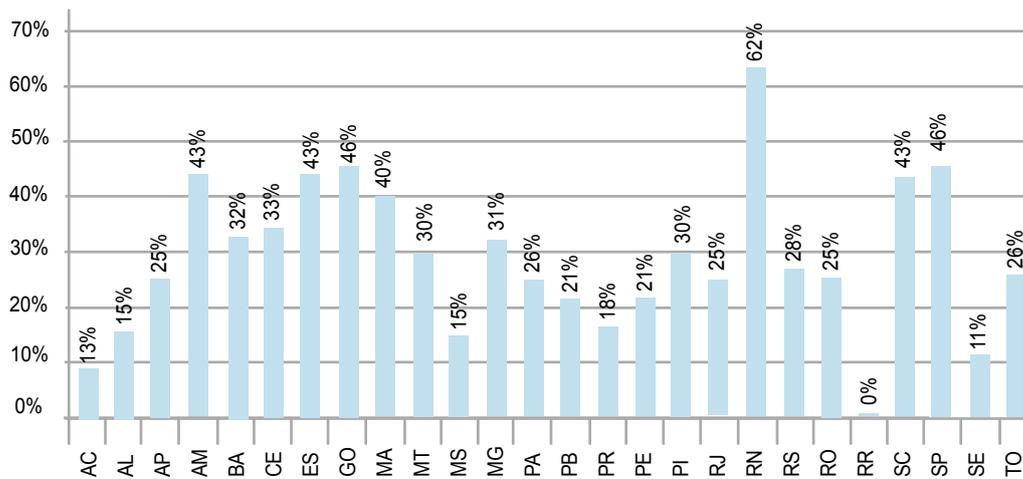
Fonte: SICME.

Gráfico 8 - Percentuais de municípios, por estado, cadastrados no SICME e com lei que cria SME.



Fonte: SICME.

Gráfico 9 - Percentuais de municípios, por estado, cadastrados no SICME e com lei que cria PME.



Fonte: SICME.

Tabela 1.3 - Comparativo com os municípios cadastrados em 2004 e 2005 no SICME.

Estados	Sigla	Municípios que se cadastraram no SICME (2004 e 2005)	Municípios que se cadastraram no SICME (2004 e 2005), com lei que cria o Conselho Municipal de Educação (CME)		Municípios que se cadastraram no SICME (2004 e 2005), com lei que cria o Sistema Municipal de Educação (SME)		Municípios que se cadastraram no SICME (2004 e 2005), com lei que cria o Plano Municipal de Educação (PME)	
			Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)
Região Centro-Oeste	CO	274	193	70%	124	45%	96	35%
Região Nordeste	NE	949	601	63%	385	41%	294	30%
Região Norte	N	231	112	48%	94	41%	60	25%
Região Sudeste	SE	1057	941	89%	545	52%	401	37%
Região Sul	S	870	673	77%	377	43%	253	29%
Resultado no Brasil		3381	2520	75%	1525	45%	1104	32%

(\*) - Fonte SICME, dados de 2005.

(\*\*) - Percentual sobre o total de municípios cadastrados no SICME.

Conforme Tabela 1.3 acima, no que concerne à existência de legislação municipal específica para os CME, as regiões Sudeste (89%) e Sul (77%) encontram-se bastante avançadas em relação aos municípios cadastrados no SICME em 2004 e 2005, porém ainda há espaço para crescimento. No extremo oposto estão as regiões Norte (48%) e Nordeste (63%). A região Centro-Oeste (70%) é a que mais se aproxima da média dos cadastrados, que é de 75%. Estes percentuais são calculados sobre o total de municípios cadastrados em 2004 e 2005.

## 2.2. Interesse dos municípios na criação dos conselhos de educação

A pesquisa procurou identificar os interesses dos municípios em criar seus conselhos de educação. Este dado é relevante para a definição de políticas de assistência técnica aos municípios no contexto do Pró-Conselho. A tabela 2 contém dados relativos somente aos municípios que responderam ao formulário em 2005.

Tabela 2 – Estados segundo interesse dos municípios em criar CME.

Estados	Sigla	Municípios cadastrados	Municípios onde há interesse em criar o Conselho		Municípios onde a Secretaria Municipal de Educação deseja receber apoio	
		Quantidade (*)	Quantidade (*)	%(**)	Quantidade (*)	%(**)
Acre	AC	2	2	100%	2	100%
Alagoas	AL	28	16	57%	15	54%
Amapá	AP	2	1	50%	1	50%
Amazonas	AM	9	2	22%	2	22%
Bahia	BA	156	24	15%	24	15%
Ceará	CE	56	20	36%	20	36%
Espírito Santo	ES	58	(***)	--	(***)	--
Goiás	GO	84	6	7%	6	7%
Maranhão	MA	47	22	47%	22	47%
Mato Grosso	MT	56	28	50%	28	50%
Mato Grosso do Sul	MS	29	11	38%	11	38%
Minas Gerais	MG	284	50	18%	50	18%
Pará	PA	24	9	38%	9	38%
Paraíba	PB	64	18	28%	17	27%
Paraná	PR	169	103	61%	103	61%
Pernambuco	PE	50	12	24%	12	24%
Piauí	PI	42	29	69%	29	69%
Rio de Janeiro	RJ	56	1	2%	1	2%
Rio Grande do Norte	RN	59	7	12%	7	12%
Rio Grande do Sul	RS	234	11	5%	11	5%
Rondônia	RO	9	6	67%	6	67%
Roraima	RR	4	2	50%	2	50%
Santa Catarina	SC	183	(***)	--	(***)	--
São Paulo	SP	336	4	1%	4	1%
Sergipe	SE	23	11	48%	11	48%
Tocantins	TO	50	22	44%	24	48%
Região Centro-Oeste	CO	169	45	27%	45	27%
Região Nordeste	NE	525	159	30%	157	30%
Região Norte	N	100	44	44%	46	46%
Região Sudeste	SE	734	55	7%	55	7%
Região Sul	S	586	114	19%	114	19%
Resultado geral		2114	417	20%	417	20%

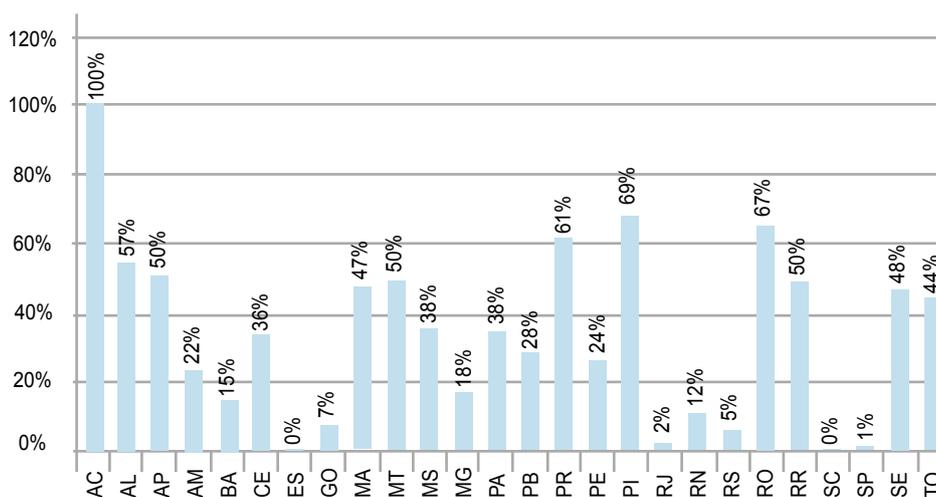
(\*) - Fonte - SICME, dados de 2005.

(\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME.

(\*\*\*) – Dados não informados.

ES(0%) e SC(0%), SP(1%), RJ(2%) e RS(5%) são as unidades da federação que menos apresentaram municípios interessados em criar CME. Estes estados, porém, apresentam os maiores índices de municípios cadastrados no SICME em 2005 - variando entre 47% (RS) e 74% (ES), o que significa que já avançaram bastante nesta área. Sendo esta afirmação comprovada pelos números apresentados na Tabela 1, onde os cinco estados apresentam percentuais superiores a 70% de municípios cadastrados em que os Conselhos Municipais de Educação funcionam regularmente. Pode-se concluir que, nestes estados, os municípios cadastrados em 2005 foram em sua maioria de municípios que contavam com seus CME criados legalmente – ES(100%), SC(100%), SP(99%), RJ(98%), RS(95%), conforme Tabela 2.

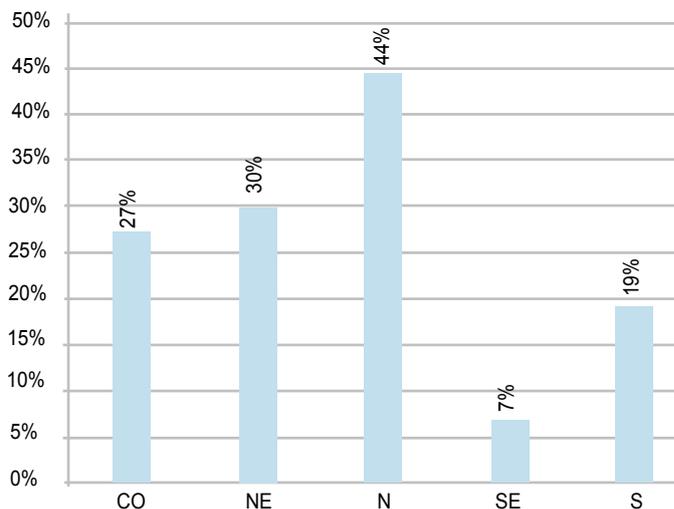
Gráfico 10 - Percentuais dos municípios cadastrados, por estado, que têm interesse em criar o CME.



Fonte: SICME.

Próximo da média de municípios cadastrados no SICME (39%) há vários estados (RN, GO, TO, MS, BA, PR, MT), cujo interesse em criação de conselhos varia bastante - entre 7% e 63%. Nos estados em que o processo de implantação de conselhos está mais adiantado é natural que os avanços ocorram em ritmo mais lento, uma vez que os interesses já são razoavelmente atendidos. Assim, a manifestação de menor interesse não pode ser interpretada como desinteresse. A tabela 1.b mostra uma relação inversa entre o interesse em criar conselhos municipais de educação e número de conselhos criados, que traduz o processo de esgotamento do interesse, o que não corresponde a desinteresse.

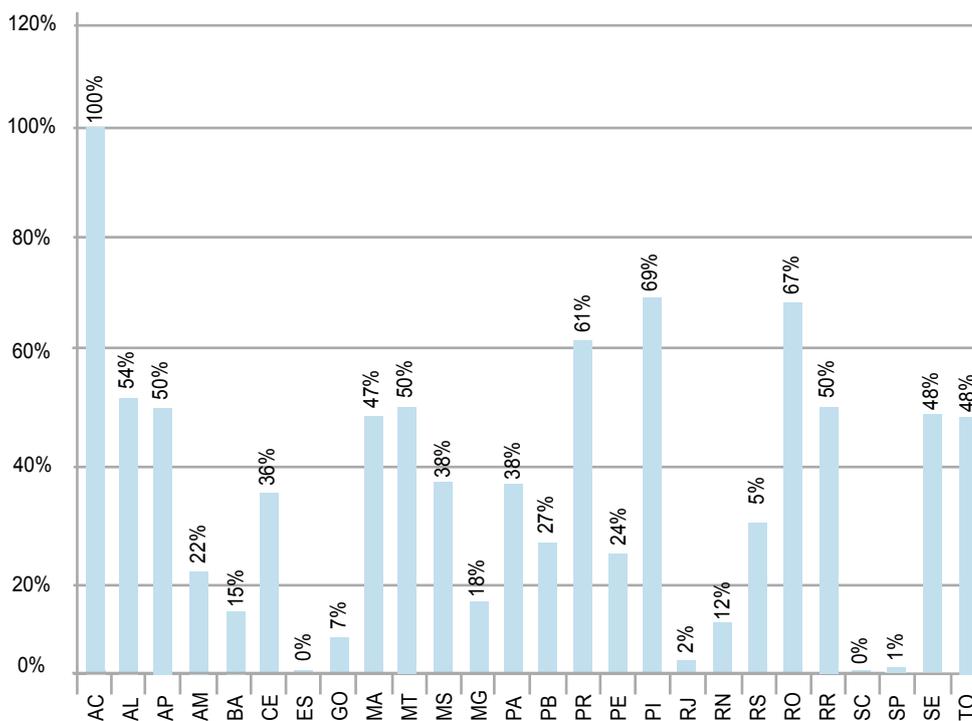
Gráfico 11 - Percentuais dos municípios cadastrados, por região, que têm interesse em criar o CME.



Fonte: SICME.

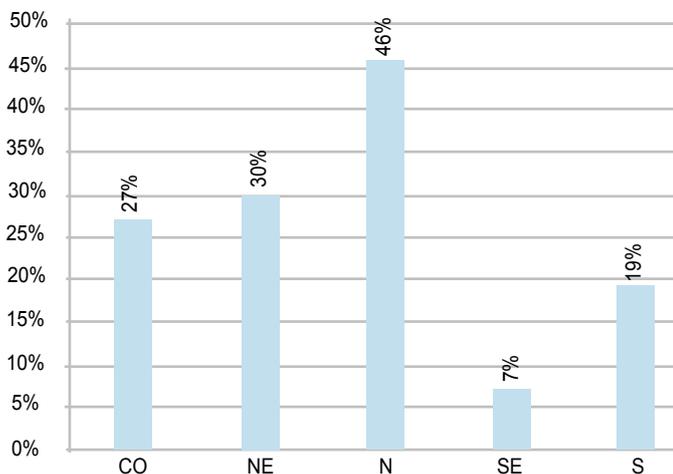
A relação entre o interesse em receber apoio para a criação de novos CME é diretamente proporcional com a intenção de criação de novos CME – há quase que uma coincidência nos números.

Gráfico 12 - Percentuais dos municípios cadastrados, por estado, onde há desejo de receber apoio.



Fonte: SICME.

Gráfico 13 - Percentuais dos municípios cadastrados, por região onde há desejo de receber apoio.



Fonte: SICME.

### 2.3. Funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação

As tabelas 3, 3.a e 4 oferecem dados sobre a situação de funcionamento dos CME, procurando identificar os conselhos efetivamente em funcionamento e as razões e causas que impedem o funcionamento regular, segundo as respostas obtidas em 2005.

Tabela 3 – Situação de funcionamento dos CME, nos Estados.

Estados	Sigla	Municípios cadastrados		Municípios onde CME funciona regularmente		Municípios onde CME ainda não funcionou		Municípios onde CME já funcionou	
		Nº	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	
Acre	AC	2							
Alagoas	AL	28	7	25%					
Amapá	AP	2	1	50%					
Amazonas	AM	9	6	67%					
Bahia	BA	156	93	60%	5	3%	2	1%	
Ceará	CE	56	26	46%	4	7%	1	2%	
Espírito Santo	ES	58	43	74%	2	3%	3	5%	
Goiás	GO	84	59	70%	4	5%	2	2%	
Maranhão	MA	47	16	34%	2	4%	2	4%	
Mato Grosso	MT	56	18	32%	5	9%	1	2%	
Mato Grosso do Sul	MS	29	12	41%	1	3%			
Minas Gerais	MG	284	156	55%	21	7%	4	1%	
Pará	PA	24	8	33%					
Paraíba	PB	64	30	47%	7	11%	1	2%	
Paraná	PR	169	36	21%	9	5%	2	1%	
Pernambuco	PE	50	30	60%					
Piauí	PI	42	6	14%	3	7%	1	2%	
Rio de Janeiro	RJ	56	45	80%	1	2%			
Rio Grande do Norte	RN	59	37	63%	2	3%	2	3%	
Rio Grande do Sul	RS	234	184	79%	4	2%	2	1%	
Rondônia	RO	9	1	11%	1	11%			
Roraima	RR	4	2	50%					
Santa Catarina	SC	183	157	86%	4	2%	3	2%	
São Paulo	SP	336	293	87%	4	1%	2	1%	
Sergipe	SE	23	7	30%	1	4%	2	9%	
Tocantins	TO	50	18	36%	5	10%			
Região Centro-Oeste	CO	169	89	53%	10	6%	3	2%	
Região Nordeste	NE	525	252	48%	24	5%	11	2%	
Região Norte	N	100	36	36%	6	6%			
Região Sudeste	SE	734	537	73%	28	4%	9	1%	
Região Sul	S	586	377	64%	17	3%	7	1%	
Resultado no Brasil		2114	1291	61%	85	4%	30	1%	

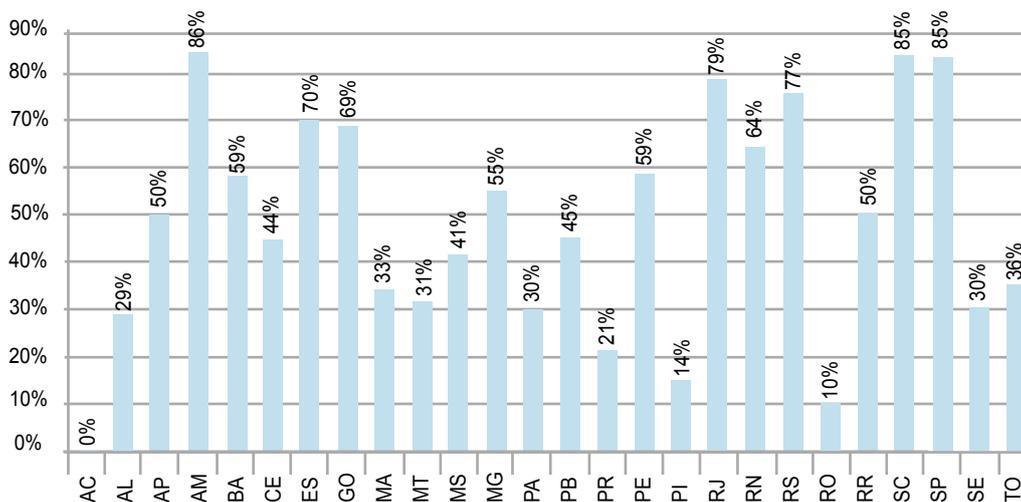
(\*) Fonte - SICME, dados de 2005.

(\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME.

O SICME 2005 aponta que as regiões Sul (64%), Sudeste (73%) são as que apresentam índice de funcionamento dos CME superior à média nacional (61%).

O funcionamento dos CME varia grandemente entre os diferentes estados do país – apenas 11% dos CME funcionam regularmente em Rondônia, e 87% dos CME de São Paulo funcionam regularmente.

Gráfico 14 - Percentual dos municípios cadastrados, onde o CME funciona regularmente.

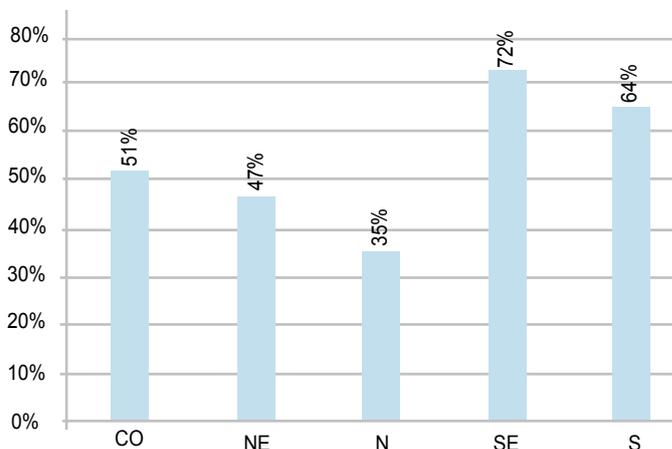


Fonte: SICME.

Poucos são os CME que deixaram de funcionar (média nacional de 1%), com o maior índice ocorrendo em Sergipe (9%). O índice de CME que foram criados mas não chegaram a funcionar varia entre 1% (São Paulo) e 11% (na Paraíba e Rondônia), sempre dentre aqueles que informaram sua situação.

Os Estados com menor índice de funcionamento de CME (RO, PI e PR) são aqueles onde a maioria dos Conselhos (apesar de criados) sequer chegou a funcionar, e que também apresentam maior interesse em criação de novos conselhos. Vale notar que estes estados, além de apresentarem baixos níveis de cadastramento de seus municípios no SICME 2005, PR(42%), PI(19%) e RO(17%), conforme Tabela 1, poucos foram os municípios que responderam às questões referentes à Tabela 3.

Gráfico 15 - Percentual de municípios cadastrados, em relação à região, onde o CME funciona regularmente.



Fonte: SICME.

Os números indicam que, uma vez iniciado o funcionamento dos CME, poucos interrompem suas atividades. Também é possível observar que as unidades da federação que apresentam os menores índices de CME em funcionamento também possuem os maiores índices de CME criados que não operam regularmente, e também manifestam mais interesse em criar novos CME.

Os indicadores apontam claramente que o esforço para promover o funcionamento de CME que ainda não operam regularmente deve preceder à criação de novos CME – há uma coincidência entre os estados que manifestam interesse na criação de novos CME e aqueles onde o funcionamento dos CME já criados necessita de regularização.

Tabela 3.1 - Situação de funcionamento dos CME, com dados de 2004 e 2005, nos Estados.

Estados	Sigla	Total de municípios que se cadastraram no SICME (2004 e 2005)	Total de Municípios onde CME funciona regularmente, cadastrados no SICME (2004 e 2005)		Total de Municípios onde CME ainda não funcionou, cadastrados no SICME (2004 e 2005)		Total de Municípios onde CME já funcionou, cadastrados no SICME (2004 e 2005)	
		Nº(*)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)
Acre	AC	15					1	7%
Alagoas	AL	53	10	19%	5	9%		
Amapá	AP	8	4	50%				
Amazonas	AM	23	13	57%	2	9%	1	4%
Bahia	BA	242	155	64%	19	8%	7	3%
Ceará	CE	97	41	42%	7	7%	2	2%
Espírito Santo	ES	69	50	72%	6	9%	6	9%
Goiás	GO	138	101	73%	13	9%	10	7%
Maranhão	MA	85	27	32%	4	5%	4	5%
Mato Grosso	MT	81	25	31%	8	10%	3	4%
Mato Grosso do Sul	MS	55	16	29%	3	5%	2	4%
Minas Gerais	MG	448	242	54%	50	11%	22	5%
Pará	PA	53	11	21%	4	8%	3	6%
Paraíba	PB	112	46	41%	14	13%	3	3%
Paraná	PR	257	45	18%	23	9%	7	3%
Pernambuco	PE	130	69	53%	8	6%	11	8%
Piauí	PI	88	13	15%	7	8%	2	2%
Rio de Janeiro	RJ	73	66	90%	1	1%	2	3%
Rio Grande do Norte	RN	97	64	66%	11	11%	3	3%
Rio Grande do Sul	RS	371	307	83%	12	3%	15	4%
Rondônia	RO	28	3	11%	2	7%		
Roraima	RR	6	3	50%				
Santa Catarina	SC	242	223	92%	6	2%	7	3%
São Paulo	SP	467	418	90%	9	2%	15	3%
Sergipe	SE	45	14	31%	5	11%	3	7%
Tocantins	TO	98	30	31%	18	18%	5	5%
Região Centro-Oeste	CO	274	142	52%	24	9%	15	5%
Região Nordeste	NE	949	439	46%	80	8%	35	4%
Região Norte	N	231	64	28%	26	11%	10	4%
Região Sudeste	SE	1057	776	73%	66	6%	45	4%
Região Sul	S	870	575	66%	41	5%	29	3%
Resultado no Brasil		3381	1996	59%	237	7%	134	4%

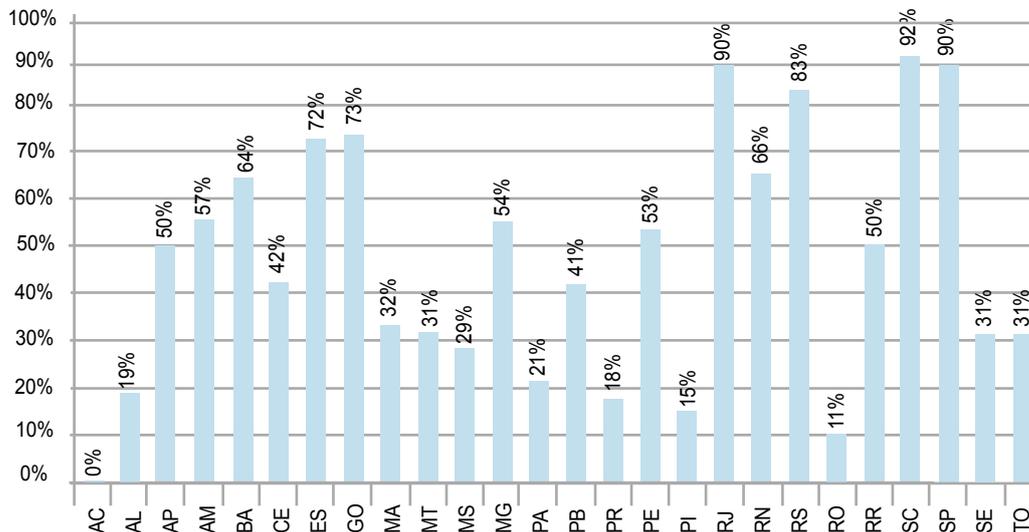
(\*) Fonte - SICME, dados em 2004 e 2005.

(\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME em 2004 e 2005.

Espaços em branco – dados não informados.

As respostas obtidas para a tabela 3, em 2005, como ocorreu na tabela 1, apresentam para algumas unidades da federação número inferior de respostas quando comparadas ao ano de 2004. Considerando a hipótese de que a não extinção de CME foi criada a tabela 3.a, que considera os municípios cadastrados e que responderam à pesquisa nos anos de 2004, 2005 ou ambos. Ou seja, na Tabela 3.a são apresentados os resultados do conjunto união entre os municípios cadastros em 2004 e 2005.

Gráfico 16 - Percentual dos municípios cadastrados em 2004 e 2005, onde o CME funciona regularmente.



Fonte: SICME.

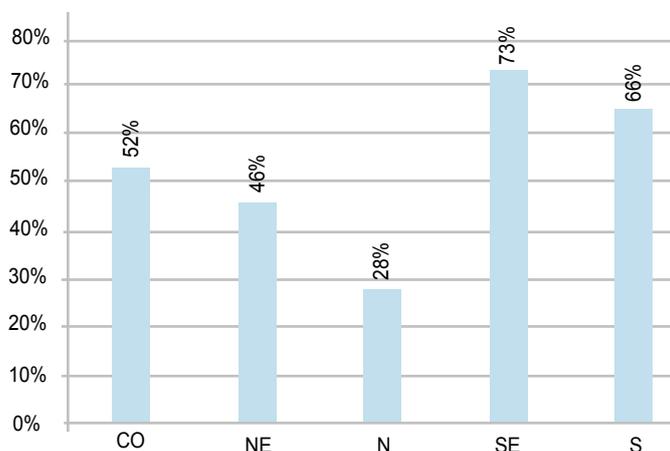
Assim, é possível comparar os dados de funcionamento de CME em relação ao total de CME cadastrados desde a instituição do sistema, e não apenas para aqueles CME que responderam à pesquisa em 2005. Também permite ao leitor comparar a evolução da quantidade de CME e verificar o número de novos CME por estado, por região e no país, entre 2005 e o ano anterior.

A Tabela 3.a mostra que 3.381 CME foram cadastrados no SICME desde o início de seu funcionamento. Desse total, 1.996 (59%) funcionam regularmente. Em termos percentuais, isto representa um aumento de 46% de CME em funcionamento, cadastrados em 2005 com relação a 2004. No primeiro ano de cadastramento (2004) o número de municípios com CME em funcionamento era de 1.369 e em 2005 esse número aumentou em 627 novos CME. Em 2005 foram cadastrados outros 659 CME que já haviam sido cadastrados em 2004.

A região Centro-Oeste possui 52% de seus CME funcionando regularmente (1% a mais que em 2004), Nordeste conta com um índice de 46% (2% de crescimento), o Norte com índice de 28% (6% a mais), Sudeste com índice de 73% (3% a mais que o ano anterior) e a região Sul apresenta 66% de seus CME funcionando regularmente (1% a mais com relação a 2004).

Além de demonstrar avanços em todas as regiões do país, os dados mostram que não há relação entre os índices de funcionamento em 2004 e o crescimento deste índice – ao contrário, a região Sudeste – que já apresentava o maior índice de CME funcionando – obteve crescimento expressivo, maior que as regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste. Isto significa que, apesar dos bons índices, as regiões Sul e Sudeste ainda podem avançar bastante na consolidação de seus CME. Significa também que – apesar dos avanços em todo o país – permanecem (e até se agravaram) as disparidades regionais.

Gráfico 17 - Percentual de municípios cadastrados em 2004 e 2005, em relação à região, onde o CME funciona regularmente.



Fonte: SICME.

Rondônia é o estado com menor índice de funcionamento regular de CME (11%), e Santa Catarina o maior (92%). Acima da média nacional (de 59%), além de SC, estão BA, RN, ES, GO, RS, RJ e SP. Da Região Sul ficou de fora o Paraná (18%). Minas Gerais (54%), apesar de não apresentar indicador superior à média, apresenta número bastante próximo. Apenas um estado (GO) do Centro-Oeste faz parte da lista de unidades da federação com índices acima da média, e nenhum da região Norte.

É necessário verificar se os avanços representam o resultado de esforço no sentido de implantar novos CME, ou se apenas retrata a situação daqueles que já existiam, porém, não haviam respondido à pesquisa no ano de 2004. De qualquer forma, a coluna que apresenta o total de municípios cadastrados no SICME apresentada na tabela 3.a representa uma informação mais próxima da realidade atual.

Destaca-se, que 237 CME ainda não haviam iniciado seu funcionamento até o ano de 2005, o que representa 7% do total de 3.381 municípios que se cadastraram no SICME em 2004 e 2005. Em 2004, este índice era de 6,64% - isto significa que nos últimos 12 meses foram criados alguns CME que não chegaram a funcionar efetivamente. Porém, é possível verificar que se trata de exceções – a grande maioria dos CME criados nos últimos 12 meses iniciou seu funcionamento.

O estado do Tocantins permanece com o índice do ano de 2004 em relação a CME que ainda não funcionam. A Paraíba foi o estado onde ocorreu o maior número de CME criados cuja operação ainda não teve início, seguido de RO, MT, PR, PI, ES e MG.

AL, AM, PA, RN, BA e SE avançaram em seus esforços de fazer os CME funcionarem, apresentando diminuição do índice em comparação a 2004 – conforme é possível verificar também na Tabela 3.a.

O número de CME que funcionaram e/ou deixaram para funcionar, representa 4% do total de municípios cadastrados no SICME. Se compararmos com o total de CME já criados (tabela 1.a) esse índice sobe para 5%. Embora reduzido esse índice, representa, por meio de ato legal, um dado preocupante no contexto do processo de democratização da gestão da educação pública.

Comparando as tabelas 1.a com a 3.a verificamos que dos 2.520 CME criados, 1.996 (79%) estão em funcionamento, 237 (9%) ainda não funcionaram, 134 (5%) já funcionaram e o deixaram de fazer e 153 (6%) não informaram a situação quanto ao seu funcionamento ou não.

### 2.3.1. Comparativo do cadastramento quanto ao funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação

Tabela 3.2 – Crescimento do número de municípios cadastrados no SICME com CME em funcionamento.

	Número de municípios do Brasil	2004		2005			Variação de crescimento dos cadastrados % (D)/(B)
		Número de cadastrados	% sobre o Total de municípios do Brasil (B)/(A)	Número de novos cadastrados	Total de cadastrados em 2004 e 2005 (B)+(D)	% sobre o Total de municípios do Brasil (E)/(A)	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)
Municípios onde CME funciona regularmente	5560	1369	25%	627	1.996	36%	46%
Municípios onde CME ainda não funcionou	5560	161	3%	76	237	4%	47%
Municípios onde CME já funcionou	5560	106	2%	28	134	2%	26%

A tabela 3.1 apresenta a situação do número de municípios cadastrados em 2004 e 2005, que possuem o CME em funcionamento.

Em relação ao total de municípios do Brasil, o número de municípios que apresentam o CME funcionando regularmente que era de 25% dos municípios brasileiros em 2004, aumentou, com os cadastramento de 2005, para 36% dos municípios do Brasil. O número de municípios que apresentam CME que ainda não funcionou aumentou de 3% para 4%. Os municípios onde o CME já funcionou manteve uma variação mínima, mantendo os 2% em 2004 e 2005.

Quanto ao número de municípios cadastrados entre um ano e outro, o SICME teve um incremento de 46% no número de municípios cadastrados e onde o CME funciona regularmente. Apresentou também um aumento de 47% no número de municípios onde o CME ainda não funcionou. Os municípios que já contaram com o funcionamento do CME aumentou em 26% de 2004 para 2005.

### 2.3.2. Razões do não funcionamento dos CME

Tabela 4 - Razões do não funcionamento dos CME, em relação a municípios onde o CME já funcionou ou nunca funcionou.

Estados	Sigla	Municípios onde já funcionou ou ainda não funcionou CME	Falta pessoal		Falta espaço físico		Falta interesse		Falta de Capacitação		Outras	
			Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)
Acre	AC											
Alagoas	AL											
Amapá	AP											
Amazonas	AM											
Bahia	BA	7			5	71%					5	71%
Ceará	CE	5			1	20%					1	20%
Espírito Santo	ES	5	5	100%	3	60%			5	100%	3	60%
Goiás	GO	6	5	83%	5	83%			5	83%	1	17%
Maranhão	MA	4			4	100%						
Mato Grosso	MT	6	6	100%	6	100%			6	100%	6	100%
Mato Grosso do Sul	MS	1	1	100%	1	100%			1	100%	1	100%
Minas Gerais	MG	25	15	60%	25	100%			15	60%	19	76%
Pará	PA											
Paraíba	PB	8										
Paraná	PR	11										
Pernambuco	PE											
Piauí	PI	4										
Rio de Janeiro	RJ	1	1	100%	1	100%			1	100%		
Rio Grande do Norte	RN	4			4	100%						
Rio Grande do Sul	RS	6	6	100%	6	100%			6	100%		
Rondônia	RO	1										
Roraima	RR											
Santa Catarina	SC	7	7	100%	7	100%			7	100%		
São Paulo	SP	6	17	283%	17	283%			17	283%		
Sergipe	SE	3			3	100%						
Tocantins	TO	5										
Região Centro-Oeste	CO	13	12	92%	12	92%			12	92%	8	62%
Região Nordeste	NE	35			17	49%					6	17%
Região Norte	N	6										
Região Sudeste	SE	37	38	103%	46	124%			38	103%	22	59%
Região Sul	S	24	13	54%	13	54%			13	54%		
Resultado no Brasil		115	63	55%	88	77%			63	55%	36	31%

(\*) Fonte - SICME, dados de 2005.

(\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME em 2004 e 2005.

Espaços em branco – dados não informados.

A tabela 4 procura identificar as razões do não funcionamento de conselhos instituídos por lei. Segundo os dados do SICME 2005, dentre as razões conhecidas que impedem o funcionamento regular dos CME a que mais impacta é a falta de espaço físico (77%). Em seguida, com igual índice (55%) vêm a falta de pessoal e a falta de capacitação.

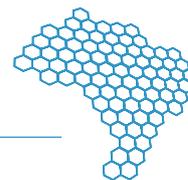
Na região Nordeste a falta de espaço é um problema menor que nas demais regiões – nela e na região Norte, a falta de pessoal e de capacitação não são apontadas como razões principais do não funcionamento dos conselhos, ficando esses itens sem ser assinalado em ambas as regiões.

Segundo os dados, em nenhum dos municípios que respondeu a pesquisa, o conselho deixa de funcionar por falta de interesse, em 2004 esta razão representava 25% do não funcionamento do CME. No entanto a pesquisa aponta que ainda existe um número significativo (32% das respostas) de razões desconhecidas que terminam por impedir o funcionamento de CME.

Os dados reforçam a tese de que a obtenção de avanços na municipalização da educação dependem de apoiar os municípios que estão em dificuldades para operacionalizar seus Conselhos Municipais de Educação; de identificar as causas que impedem o funcionamento dos CME, e de entender as diferenças regionais e seus impactos no funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação.

### 3. FUNÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

---



Situados na estrutura de gestão dos sistemas de ensino, ou das secretarias de educação, tradicionalmente os Conselhos de Educação receberam atribuições diversas, desempenhando, precipuamente, função deliberativa e consultiva. A função deliberativa compreende o exercício de competências próprias, abrangendo, especialmente, a definição de normas para o sistema e o credenciamento de instituições e autorização de cursos. A função consultiva tem caráter de assessoramento aos dirigentes do sistema. Em alguns casos os conselhos se situam como instâncias recursais, ora com caráter deliberativo, ora com caráter consultivo. Mas, nas normas que instituem os conselhos, nem sempre as competências estão claramente explicitadas em seu caráter, se deliberativo ou consultivo. No caso dos conselhos municipais de educação, mais próximos dos cidadãos, onde a democracia participativa se faz mais presente, outras atribuições adquirem pertinência, como a fiscalizadora (de controle social) e a mobilizadora (de democracia participativa).

### 3.1. Funções atribuídas aos conselhos municipais de educação

Tabela 5 – Situação dos CME em funcionamento, segundo suas funções.

Estados	Sigla	CME em funcionamento (*)	Consultiva		Deliberativa		Normativa		Fiscalizadora		Propositiva		Mobilizadora		Outras	
			Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)
Acre	AC															
Alagoas	AL	7	7	100%	7	100%	6	86%	6	86%	1	14%	3	43%	2	29%
Amapá	AP	1	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%						
Amazonas	AM	6	4	67%	4	67%	3	50%	4	67%	2	33%	3	50%	1	17%
Bahia	BA	93	82	88%	82	88%	73	78%	85	91%	36	39%	22	24%	16	17%
Ceará	CE	26	23	88%	18	69%	15	58%	15	58%	11	42%	9	35%	7	27%
Espírito Santo	ES	43	42	98%	37	86%	25	58%	36	84%	18	42%	15	35%	12	28%
Goiás	GO	59	46	78%	41	69%	33	56%	50	85%	18	31%	21	36%	17	29%
Maranhão	MA	16	11	69%	12	75%	16	100%	13	81%	7	44%	4	25%	3	19%
Mato Grosso	MT	18	15	83%	15	83%	11	61%	16	89%	10	56%	10	56%	5	28%
Mato Grosso do Sul	MS	12	12	100%	12	100%	12	100%	4	33%	4	33%	1	8%	1	8%
Minas Gerais	MG	156	123	79%	107	69%	63	40%	103	66%	63	40%	61	39%	52	33%
Pará	PA	8	7	88%	6	75%	7	88%	6	75%	2	25%				
Paraíba	PB	30	27	90%	26	87%	23	77%	24	80%	7	23%	10	33%	6	20%
Paraná	PR	36	30	83%	27	75%	18	50%	31	86%	11	31%	10	28%	6	17%
Pernambuco	PE	30	23	77%	20	67%	17	57%	19	63%	14	47%	10	33%	6	20%
Piauí	PI	6	6	100%	6	100%	5	83%	6	100%	3	50%	2	33%	1	17%
Rio de Janeiro	RJ	45	43	96%	43	96%	42	93%	37	82%	28	62%	5	11%	6	13%
Rio Grande do Norte	RN	37	32	86%	33	89%	25	68%	28	76%	6	16%	8	22%	4	11%
Rio Grande do Sul	RS	184	170	92%	146	79%	116	63%	150	82%	71	39%	59	32%	48	26%
Rondônia	RO	1	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%				
Roraima	RR	2	2	100%	2	100%	2	100%	2	100%	1	50%				
Santa Catarina	SC	157	124	79%	134	85%	123	78%	130	83%	68	43%	27	17%	24	15%
São Paulo	SP	293	260	89%	246	84%	212	72%	186	63%	132	45%	47	16%	43	15%
Sergipe	SE	7	6	86%	6	86%	6	86%	4	57%	1	14%				
Tocantins	TO	18	13	72%	12	67%	11	61%	16	89%	11	61%	5	28%	5	28%
Região Centro-Oeste	CO	89	73	82%	68	76%	56	63%	70	79%	32	36%	32	36%	23	26%
Região Nordeste	NE	252	217	86%	210	83%	186	74%	200	79%	86	34%	68	27%	45	18%
Região Norte	N	36	28	78%	26	72%	25	69%	30	83%	17	47%	8	22%	6	17%
Região Sudeste	SE	537	468	87%	433	81%	342	64%	362	67%	241	45%	128	24%	113	21%
Região Sul	S	377	324	86%	307	81%	257	68%	311	82%	150	40%	96	25%	78	21%
Resultado no Brasil		1291	1110	86%	1044	81%	866	67%	973	75%	526	41%	332	26%	265	21%

(\*) Fonte - SICME, dados de 2005.

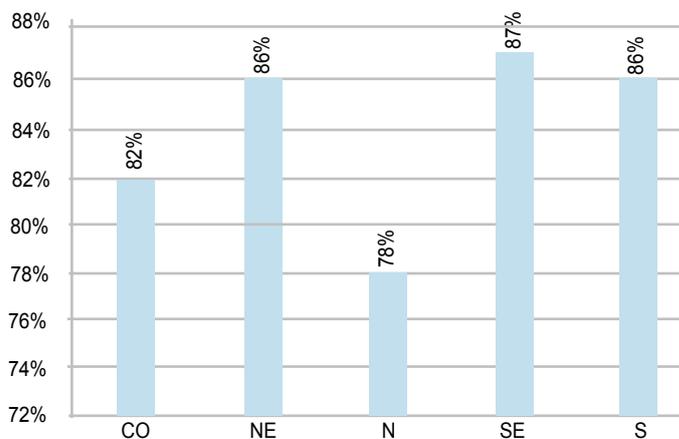
(\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME com CME em funcionamento.

Espaços em branco – dados não informados

As funções deliberativa e consultiva são inerentes à natureza dos conselhos de educação e definem o seu perfil. As demais funções, segundo as competências atribuídas a cada conselho, podem estar presentes tanto na dimensão deliberativa, quanto na consultiva.

Como era de se esperar, os dados do SICME 2005 indicam a predominância da atribuição aos CME das funções consultiva (86%) e deliberativa (81%). Também com altos índices aparecem as funções fiscalizadora (75%) e normativa (67%). As funções propositiva e mobilizadora são menos citadas, no geral, no entanto ganham destaque nos estados do RJ, TO, MT e AM. A função mobilizadora – ao contrário das demais funções – apresentam os índices com maior variação entre as 5 regiões do país.

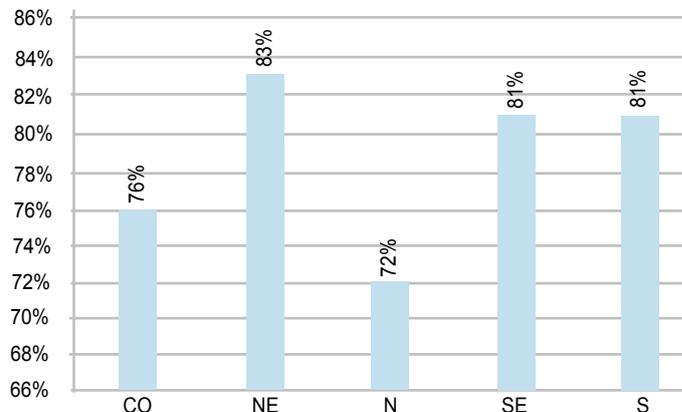
Gráfico 18 - Percentual dos municípios, por região, com CME em funcionamento que apresentam a função consultiva.



Fonte: SICME.

Cabe destacar a alta incidência da atribuição aos CME da função fiscalizadora, uma inovação na tradição dos conselhos de educação, que representa o novo enfoque, inerente ao processo da democracia participativa, do exercício do controle social da educação.

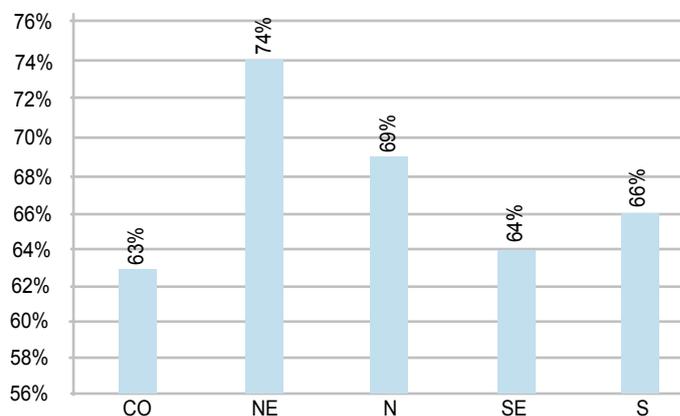
Gráfico 19 - Percentual dos municípios, por região, com CME em funcionamento que apresentam a função deliberativa.



Fonte: SICME.

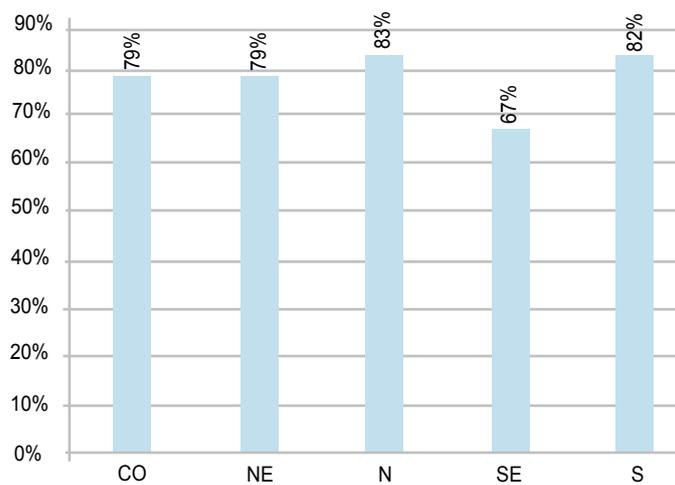
Embora referida por 81% das respostas é de estranhar a existência de CME sem competência deliberativa. No entanto, quando analisamos as funções efetivamente exercidas pelos CME, na tabela seguinte, verificamos forte presença de funções de caráter deliberativo.

Gráfico 20 - Percentual dos municípios, por região, com CME em funcionamento que apresentam a função normativa.



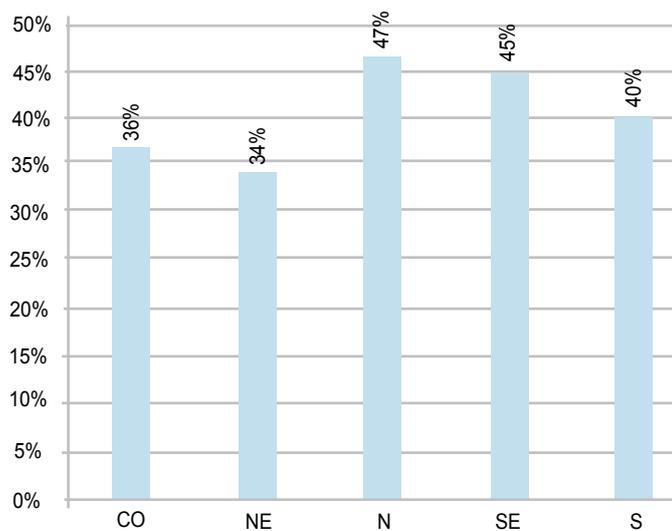
Fonte: SICME.

Gráfico 21 - Percentual dos municípios, por região, com CME em funcionamento que apresentam a função fiscalizadora.



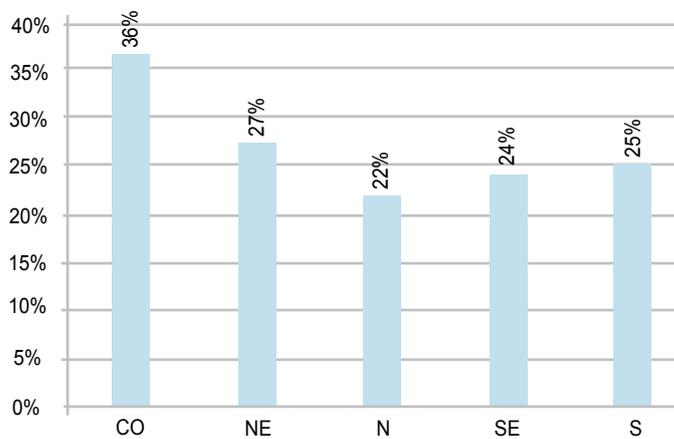
Fonte: SICME.

Gráfico 22 - Percentual dos municípios, por região, com CME em funcionamento que apresentam a função propositiva.



Fonte: SICME.

Gráfico 23 - Percentual dos municípios, por região, com CME em funcionamento que apresentam a função mobilizadora.



Fonte: SICME.

### 3.2. Funções exercidas pelos conselhos municipais de educação

Tabella 6 - Principais atribuições dos CME em funcionamento, nos estados.

Estados	UF	CME funciona	Aprova Regimento		Propõe sindicância		Elabora normas		Propõe diretrizes		Credencia escolas		Autoriza cursos		Emite pareceres		Aprova resoluções		Mobiliza segmentos		Outras		
			Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)
Acre	AC																						
Alagoas	AL	7	6	86%	2	29%	7	100%	6	86%	5	71%	6	86%	6	86%	5	71%	3	43%	3	43%	
Amapá	AP	1	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%							
Amazonas	AM	6	5	83%	2	33%	6	100%	4	67%	4	67%	5	83%	4	67%	4	67%	4	67%	3	50%	
Bahia	BA	93	84	90%	49	53%	74	80%	71	76%	71	76%	74	80%	78	84%	65	70%	44	47%	28	30%	
Ceará	CE	26	23	88%	17	65%	15	58%	21	81%	11	42%	9	35%	11	42%	8	31%	10	38%	11	42%	
Espírito Santo	ES	43	37	86%	20	47%	19	44%	35	81%	14	33%	12	28%	25	58%	13	30%	21	49%	19	44%	
Goiás	GO	59	48	81%	27	46%	43	73%	40	68%	27	46%	29	49%	47	80%	30	51%	23	39%	20	34%	
Maranhão	MA	16	16	100%	12	75%	13	81%	13	81%	13	81%	12	75%	14	88%	13	81%	6	38%	4	25%	
Mato Grosso	MT	18	18	100%	11	61%	13	72%	17	94%	9	50%	12	67%	15	83%	9	50%	11	61%	7	39%	
Mato Grosso do Sul	MS	12	12	100%	9	75%	9	75%	11	92%	12	100%	12	100%	12	100%	7	58%	3	25%	5	42%	
Minas Gerais	MG	156	130	83%	59	38%	99	63%	133	85%	28	18%	35	22%	94	60%	43	28%	93	60%	72	46%	
Pará	PA	8	6	75%	6	75%	6	75%	6	75%	4	50%	6	75%	5	63%	5	63%	3	38%	5	63%	
Parabíba	PB	30	25	83%	16	53%	21	70%	24	80%	15	50%	14	47%	20	67%	14	47%	15	50%	10	33%	
Paraná	PR	36	28	78%	19	53%	24	67%	29	81%	7	19%	9	25%	24	67%	15	42%	15	42%	16	44%	
Pernambuco	PE	30	25	83%	19	63%	22	73%	22	73%	11	37%	9	30%	22	73%	18	60%	15	50%	11	37%	
Piauí	PI	6	6	100%	4	67%	5	83%	5	83%	4	67%	4	67%	6	100%	5	83%	4	67%	1	17%	
Rio de Janeiro	RJ	45	42	93%	29	64%	39	87%	38	84%	33	73%	32	71%	43	96%	28	62%	20	44%	14	31%	
Rio Grande do Norte	RN	37	33	89%	19	51%	26	70%	28	76%	16	43%	13	35%	23	62%	14	38%	14	38%	9	24%	
Rio Grande do Sul	RS	184	164	89%	54	29%	110	60%	136	74%	79	43%	100	54%	148	80%	79	43%	78	42%	58	32%	
Rondônia	RO	1	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%					
Roraima	RR	2	2	100%	2	100%	2	100%	2	100%	2	100%	2	100%	2	100%	2	100%					
Santa Catarina	SC	157	133	85%	60	38%	130	83%	130	83%	99	63%	114	73%	142	90%	103	66%	57	36%	30	19%	
São Paulo	SP	293	266	91%	128	44%	213	73%	258	88%	103	35%	138	47%	225	77%	119	41%	120	41%	92	31%	
Sergipe	SE	7	5	71%	3	43%	6	86%	6	86%	4	57%	5	71%	4	57%	5	71%	1	14%	3	43%	
Tocantins	TO	18	11	61%	7	39%	12	67%	12	67%	10	56%	10	56%	11	61%	8	44%	6	33%	2	11%	
Região Centro-Oeste	CO	89	78	88%	47	53%	65	73%	68	76%	48	54%	53	60%	74	83%	46	52%	37	42%	32	36%	
Região Nordeste	NE	252	223	88%	141	56%	189	75%	196	78%	150	60%	146	58%	184	73%	147	58%	112	44%	80	32%	
Região Norte	N	36	26	72%	19	53%	28	78%	26	72%	22	61%	25	69%	24	67%	20	56%	13	36%	10	28%	
Região Sudeste	SE	537	475	88%	236	44%	370	69%	464	86%	178	33%	217	40%	387	72%	203	38%	254	47%	197	37%	
Região Sul	S	377	325	86%	133	35%	284	70%	295	78%	185	49%	223	59%	314	83%	197	52%	150	40%	104	28%	
Resultado no Brasil		1291	1127	87%	576	45%	916	71%	1049	81%	583	45%	664	51%	983	76%	613	47%	566	44%	423	33%	

(\*) Fonte - SICME, dados de 2005.

(\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME com CME em funcionamento. Espaços em branco - dados não informados.

Aprovar regimentos, propor diretrizes, credenciar escolas e autorizar cursos – por meio de pareceres - são as principais funções efetivamente exercidas pelos CME em todo o Brasil. Destaque-se a presença relevante da proposição de diretrizes e elaboração de normas. É natural que as funções tradicionais, de cunho credencialista – aprovar regimentos, credenciar escolar e autorizar cursos – continuem ocupando boa parte da agenda dos CME, mas já não respondem pela quase totalidade da pauta. O exercício da função mobilizadora dos conselhos, embora com somente 44% das respostas, revela um avanço significativo.

Nas regiões Norte e Nordeste os CME atuam mais fortemente no credenciamento de escolas. A região Norte também apresenta menor participação na mobilização de segmentos. Para os demais critérios de avaliação não são detectadas diferenças significativas entre as regiões do país.

## 4. COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO



A composição dos conselhos de educação constitui matéria geralmente polêmica. Duas questões dão origem às principais controvérsias: a qualificação intelectual dos conselheiros e a participação do executivo no conselho e/ou na escolha dos conselheiros.

Tradicionalmente o critério do “notório saber” presidiu a escolha de conselheiros. Para tornar efetivo o princípio da gestão democrática no ensino público, afirmado pela Constituição de 1988, os conselhos de educação passaram a assumir uma nova feição, constituindo-se como fóruns da democracia participativa na gestão dos sistemas de ensino. Sob a égide desse novo papel, o critério da representatividade social passou a ser considerado como relevante para a indicação de conselheiros. No entanto, a complexidade das decisões dos conselhos requer conhecimentos relativos à formulação de políticas educacionais, de normas e de processos pedagógicos. A combinação de critérios, do saber e da representatividade social, na escolha dos conselheiros, passou a ser requerida para a composição dos conselhos. No critério do saber, não pode ser desconsiderada a dimensão da pluralidade dos saberes, tanto o acadêmico, quanto o das vivências pessoais e sociais.

Por outro lado, dada sua natureza de órgãos de Estado, os conselhos de educação exercem função mediadora entre a sociedade e o governo. A partir dessa concepção os conselhos de educação representam a voz da sociedade falando ao governo. Mas, para representar o todo social é necessária a visão dos diferentes pontos de vista. Para falar ao governo sobre os diferentes pontos de vista da sociedade, representando sua diversidade, a composição plural do conselho é essencial. Quando os conselhos têm em sua composição predominância de membros do executivo – por representação de cargos ou indicação em confiança – tendem a constituir-se mais na voz do governo do que da sociedade. No caso, tornam-se mais órgãos do Governo do que de Estado. O mesmo raciocínio vale para a representação das diferentes categorias de representação. Hegemonias de correntes são incompatíveis com a natureza dos conselhos e sua função, primordial, de deliberar segundo os interesses do todo social.

As tabelas seguintes indicam as tendências quanto ao número de conselheiros (Tabela 7), mandatos (Tabela 8), critérios de indicação e escolha (Tabela 14) e indicação da presidência (Tabela 15).

#### **4.1. Número de conselheiros nos conselhos municipais de educação**

Dentre os CME em funcionamento, a média nacional do número de conselheiros titulares é de 11 por CME, porém este número não é representativo, uma vez que a variação em torno da média é muito grande.

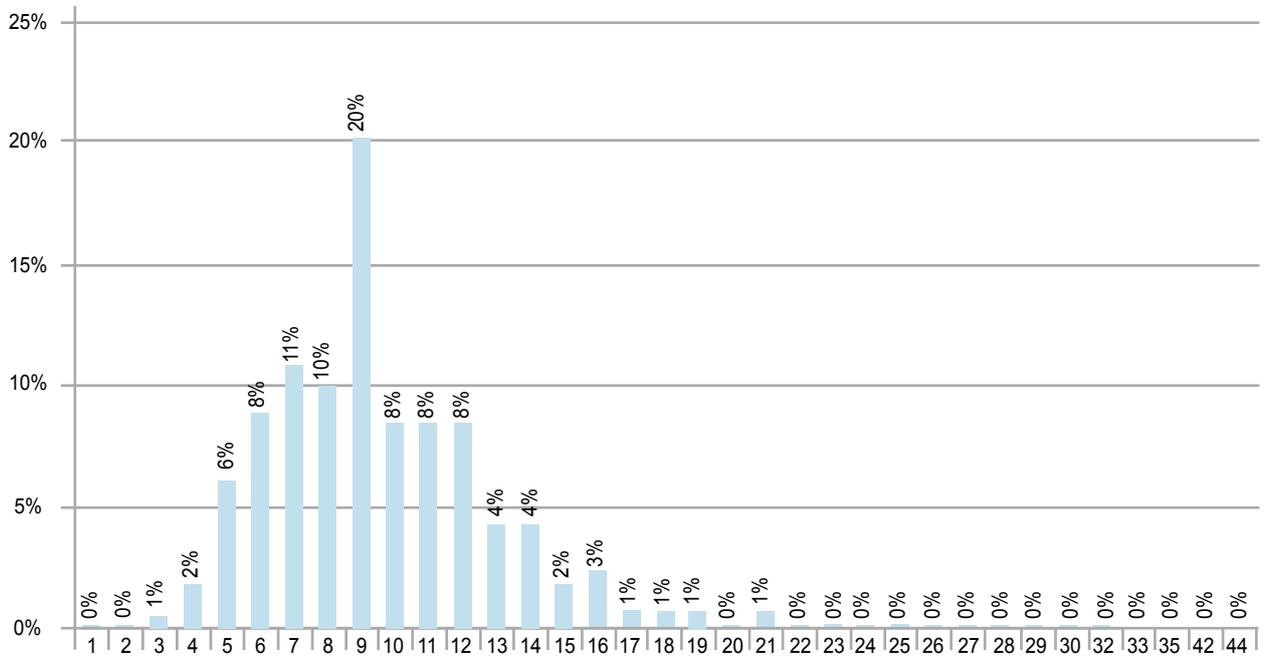
A grande maioria dos CME (73%) possuem no mínimo 6 e no máximo 12 conselheiros titulares. Não foi observada nenhuma relação de causa e efeito entre o número de conselheiros titulares e os demais dados do SICME.

Tabela 7 - Situação dos CME em funcionamento, segundo número de conselheiros.

Estados	UF	Conselheiros titulares																																											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	32	33	35	42	44	Total								
Acre	AC																																									0			
Alagoas	AL																																									7			
Amapá	AP																																									1			
Amazonas	AM																																									6			
Bahia	BA																																									93			
Ceará	CE																																									26			
Espírito Santo	ES																																									43			
Goiás	GO																																									58			
Maranhão	MA																																									16			
Mato Grosso	MT																																									18			
Mato Grosso do Sul	MS																																									12			
Minas Gerais	MG																																									157			
Pará	PA																																									8			
Paraíba	PB																																										30		
Paraná	PR																																										36		
Pernambuco	PE																																										30		
Piauí	PI																																										6		
Rio de Janeiro	RJ																																										45		
Rio Grande do Norte	RN																																										37		
Rio Grande do Sul	RS																																										183		
Roraima	RR																																										2		
Santa Catarina	SC																																										157		
São Paulo	SP																																										292		
Sergipe	SE																																										7		
Tocantins	TO																																										18		
Região Centro-Oeste	CO																																										88		
Região Nordeste	NE																																										252		
Região Norte	N																																										36		
Região Sudeste	SE																																										537		
Região Sul	S																																										376		
Resultado no Brasil																																												1289	
Distribuição percentual																																												100%	

Fonte: SICME, dados de 2005.  
Os percentuais de "Distribuição Percentual" menores que 1%, estão indicados por 0%, por questões de arredondamento.

Gráfico 24 – Distribuição dos CME cadastrados e em funcionamento, conforme o número de conselheiros titulares.



Fonte: SICME.

## 4.2. Mandatos dos conselheiros nos conselhos municipais de educação

Tabela 8 - Mandato dos CME em funcionamento, segundo duração do mandato.

Estados	Sigla	CME em funcionamento (*)	Um ano		2 anos		3 anos		4 anos		Mais de 4 anos	
			Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)
Acre	AC											
Alagoas	AL	7			3	43%	1	14%	3	43%		
Amapá	AP	1			1	100%						
Amazonas	AM	6			5	83%			1	17%		
Bahia	BA	93			51	55%	10	11%	32	34%		
Ceará	CE	26	1	4%	20	77%	4	15%	1	4%		
Espírito Santo	ES	43			32	74%	5	12%	6	14%		
Goiás	GO	59			41	69%	2	3%	15	25%	1	2%
Maranhão	MA	16			10	63%			6	38%		
Mato Grosso	MT	18			14	78%	1	6%	3	17%		
Mato Grosso do Sul	MS	12			5	42%	2	17%	4	33%	1	8%
Minas Gerais	MG	156	3	2%	125	80%	15	10%	14	9%		
Pará	PA	8			6	75%			2	25%		
Paraíba	PB	30			17	57%	2	7%	11	37%		
Paraná	PR	36	1	3%	19	53%	11	31%	5	14%		
Pernambuco	PE	30			20	67%	1	3%	8	27%	1	3%
Piauí	PI	6			4	67%			2	33%		
Rio de Janeiro	RJ	45			22	49%	3	7%	20	44%		
Rio Grande do Norte	RN	37			26	70%	5	14%	6	16%		
Rio Grande do Sul	RS	184	5	3%	48	26%	6	3%	55	30%	70	38%
Rondônia	RO	1							1	100%		
Roraima	RR	2			1	50%			1	50%		
Santa Catarina	SC	157	5	3%	99	63%	24	15%	24	15%	5	3%
São Paulo	SP	293	13	4%	223	76%	22	8%	33	11%	1	0%
Sergipe	SE	7			7	100%						
Tocantins	TO	18			17	94%	1	6%				
Região Centro-Oeste	CO	89			60	67%	5	6%	22	25%	2	2%
Região Nordeste	NE	252	1	0%	158	63%	23	9%	69	27%	1	0%
Região Norte	N	36			30	83%	1	3%	5	14%		
Região Sudeste	SE	537	16	3%	402	75%	45	8%	73	14%	1	0%
Região Sul	S	377	11	3%	166	44%	41	11%	84	22%	75	20%
Resultado no Brasil		1291	28	2%	816	63%	115	9%	253	20%	79	6%

(\*) Fonte - SICME, dados de 2005.

(\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME com CME em funcionamento.

Espaços em branco – dados não informados.

A duração do mandato dos conselheiros é, na maioria dos municípios, de 2 anos (63% dos casos), seguida de duração de 4 anos (20%), 3 anos (9%), mais de 4 anos (6%), e por último 1 ano (2%).

A região Sul possui 20% de seus conselheiros com mandato superior a 4 anos e 44% dos conselheiros com mandato de 2 anos. Nas outras regiões do país, a grande maioria (entre 63% e 75%) os conselheiros possuem mandato de 2 anos. Para as outras durações de mandatos, não são observadas diferenças significativas entre as regiões.

### **4.3. Representatividade social nos conselhos municipais de educação**

A análise da composição dos CME é relevante para avaliar seu perfil: tanto na dimensão da democracia participativa, quanto da sua natureza, se de órgãos de Estado – dada pela representatividade social - ou de Governo.

As próximas tabelas indicam a presença nos CME de estudantes (tabela 9), de pais (tabela 10) de representantes do Poder Executivo municipal (tabela 11) de escolas privadas (tabela 12) e das escolas públicas (tabela 13).

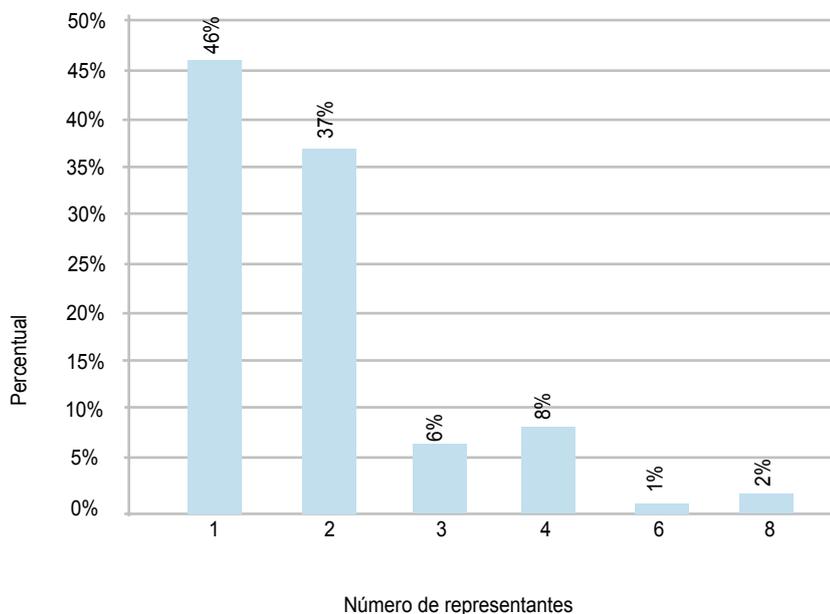
Tabela 9 - Distribuição dos municípios quanto a número de representantes de alunos no CME.

Estados	UF	Nº de representantes de alunos no CME						
		1	2	3	4	6	8	Total
Acre	AC							0
Alagoas	AL	3	2	6				11
Amapá	AP	1						1
Amazonas	AM		2					2
Bahia	BA	30	10					40
Ceará	CE	8	2					10
Espírito Santo	ES	13	14	3	4			34
Goiás	GO	10	4					14
Maranhão	MA	1	4					5
Mato Grosso	MT	11	8					19
Mato Grosso do Sul	MS	2						2
Minas Gerais	MG	19	22	6	12			59
Pará	PA	2	6					8
Paraíba	PB	8	2					10
Paraná	PR	4	8		4			16
Pernambuco	PE	9	4					13
Piauí	PI							0
Rio de Janeiro	RJ	2				6		8
Rio Grande do Norte	RN	6	2					8
Rio Grande do Sul	RS	17	14	3				34
Rondônia	RO	1						1
Roraima	RR							0
Santa Catarina	SC	19	10					29
São Paulo	SP	38	44	9	16		8	115
Sergipe	SE	2	2					4
Tocantins	TO	5	6					11
Total global		211	166	27	36	6	8	454
Distribuição da participação dos alunos no CME, por região								
Região Centro-Oeste	CO	23	12	0	0	0	0	35
Região Nordeste	NE	67	28	6	0	0	0	101
Região Norte	N	9	14	0	0	0	0	23
Região Sudeste	SE	72	80	18	32	6	8	216
Região Sul	S	40	32	3	4	0	0	79
Resultado no Brasil		211	166	27	36	6	8	454
Distribuição percentual		46%	37%	6%	8%	1%	2%	100%

Fonte - SICME, dados de 2005.

Os dados de 2005 registram a participação dos estudantes em 454 CME (35% dos 1291 cadastrados em 2005 com funcionamento regular). Dentre os estados onde os CME não possuem representantes de alunos estão AC, PI e RR.

Gráfico 25 – Percentual de conselhos conforme o número de representantes dos alunos.



Fonte: SICME.

No Brasil, dentre os CME que possuem representantes de alunos, 83% deles contam com apenas 1 ou 2 representantes. O número máximo de representantes de alunos foi verificado em São Paulo (8 representantes), seguido do Rio de Janeiro (6 representantes), sendo estes casos considerados exceções – todo o universo restante de CME apresenta no máximo 4 representantes de estudantes.

Tabela 10 - Distribuição dos municípios quanto a número de representantes de pais no CME.

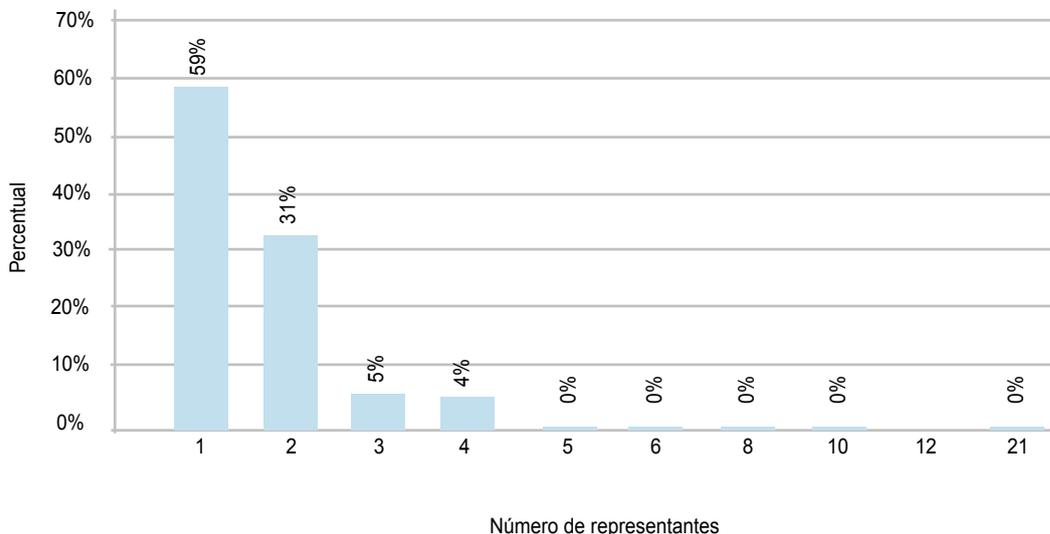
Estados	UF	Nº de representantes de pais no CME										Total	
		1	2	3	4	5	6	8	10	12	21		
Acre	AC												0
Alagoas	AL	3	1	2									6
Amapá	AP	1											1
Amazonas	AM	2	3										5
Bahia	BA	58	16		1								75
Ceará	CE	21	3										24
Espírito Santo	ES	23	16	1	2								42
Goiás	GO	34	15	2	2								53
Maranhão	MA	7	5										12
Mato Grosso	MT	7	3										10
Mato Grosso do Sul	MS	5											5
Minas Gerais	MG	65	47	6	8		1			1	1		129
Pará	PA	4	2										6
Paraíba	PB	24	3										27
Paraná	PR	16	13	5	1								35
Pernambuco	PE	19	7	1									27
Piauí	PI	3	2	1									6
Rio de Janeiro	RJ	22	6	1		1							30
Rio Grande do Norte	RN	23	9										32
Rio Grande do Sul	RS	82	47	5	5		1						140
Rondônia	RO												0
Roraima	RR	1											1
Santa Catarina	SC	94	36	5	6	2		1					144
São Paulo	SP	119	94	22	23	2	3		2	1			266
Sergipe	SE	5	1										6
Tocantins	TO	6	8	1									15
Total global		644	337	52	48	5	5	1	2	2	1		1097
Distribuição da participação dos alunos no CME, por região													
Região Centro-Oeste	CO	46	18	2	2	0	0	0	0		0		68
Região Nordeste	NE	163	47	4	1	0	0	0	0		0		215
Região Norte	N	14	13	1	0	0	0	0	0		0		28
Região Sudeste	SE	229	163	30	33	3	4	0	2		1		467
Região Sul	S	192	96	15	12	2	1	1	0		0		319
Resultado no Brasil		644	337	52	48	5	5	1	2		1		1097
Distribuição percentual		59%	31%	5%	4%	0%	0%	0%	0%		0%		100%

Fonte - SICME, dados de 2005.

Os percentuais de "Distribuição Percentual" menores que 1%, estão indicados por 0%, por questões de arredondamento.

Os pais de estudantes tem participação significativa nos CME, em todas as unidades da federação, com exceção do Acre e de Rondônia. Em 85% dos CME cadastrados em 2005 com funcionamento regular registra-se a presença de pais.

Gráfico 26 – Percentual de conselhos conforme o número de representantes dos pais.



As regiões Sul e Sudeste se destacam pela maior participação de pais (29% e 43%, respectivamente), seguidas pela região Nordeste (20%). Os baixos índices de participação dos pais estão concentrados nas regiões Centro-Oeste (6%) e Norte (3%).

Em 99% dos CME onde há participação dos pais de estudantes, estes contam com até 4 representantes. Em 90% dos casos participam apenas 1 ou 2 pais de alunos.

Tabela 11 - Distribuição dos municípios quanto a número de representantes do Poder Executivo no CME.

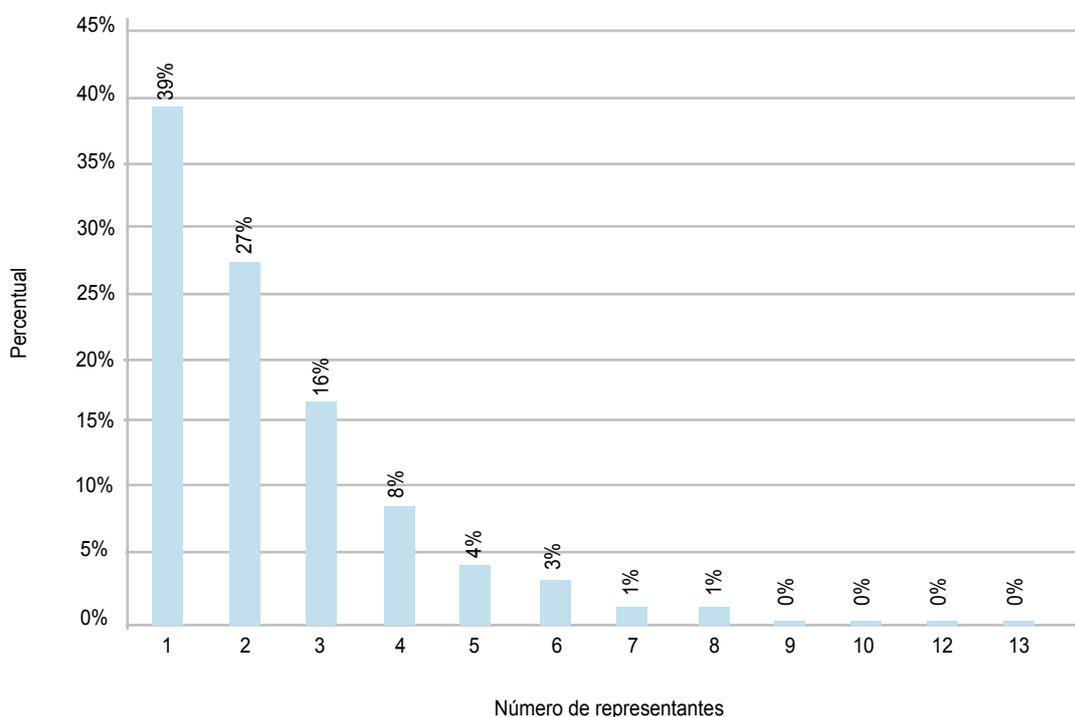
Estados	UF	Nº de representantes do Poder Executivo participantes no CME													
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	12	13	16	Total
Acre	AC														0
Alagoas	AL	1		4	1	1									7
Amapá	AP		1												1
Amazonas	AM	3	2	1											6
Bahia	BA	26	26	11	8	3	2	3	4		1				84
Ceará	CE	8	4	7	3	2	2								26
Espírito Santo	ES	13	9	5	6	2	4		2			1	1		43
Goiás	GO	19	22	3	6	3	1	1							55
Maranhão	MA	7	4	3		1	1								16
Mato Grosso	MT	5	7	3	2						1				18
Mato Grosso do Sul	MS	4	3	2		2									11
Minas Gerais	MG	71	39	18	9	3	2	1	3						146
Pará	PA	2	3	1	1						1				8
Paraíba	PB	14	6	5	1	1	1	1	1						30
Paraná	PR	7	7	11	7	1		2							35
Pernambuco	PE	11	9	5	2	1	2								30
Piauí	PI	3		1			1				1				6
Rio de Janeiro	RJ	6	8	4	6	5	13	1	1						44
Rio Grande do Norte	RN	15	12	6	2		1								36
Rio Grande do Sul	RS	46	39	43	23	5	1								157
Rondônia	RO				1										1
Roraima	RR		1			1									2
Santa Catarina	SC	76	43	19	7	3	3	1	1						153
São Paulo	SP	128	72	31	14	7	7	4	4	2			1		270
Sergipe	SE	3	2	2											7
Tocantins	TO		5	7	1	2									15
Total global		468	324	192	100	43	41	14	16	4	2	1	1		1207
Distribuição da participação dos alunos no CME, por região															
Região Centro-Oeste	CO	28	32	8	8	5	1	1	0	0	1	0	0		84
Região Nordeste	NE	88	63	44	17	9	10	4	5	1	1	0	0		242
Região Norte	N	5	12	9	3	3	0	0	0	1	0	0	0		33
Região Sudeste	SE	218	128	58	35	17	26	6	10	2	0	1	1		503
Região Sul	S	129	89	73	37	9	4	3	1	0	0	0	0		345
Resultado no Brasil		468	324	192	100	43	41	14	16	4	2	1	1		1207
Distribuição percentual		39%	27%	16%	8%	4%	3%	1%	1%	0%	0%	0%	0%		100%

Fonte - SICME, dados de 2005.

Os percentuais de "Distribuição Percentual" menores que 1%, estão indicados por 0%, por questões de arredondamento.

Em 1.207 CME cadastrados em 2005 registra-se a presença de representantes do executivo (93% dos CME em efetivo funcionamento). A maioria dos CME (90%) possui até 4 representantes do poder executivo, apresentando distribuição muito semelhante àquela verificada para a participação dos pais (vide Tabela 10). Predomina, especialmente nas regiões Sudeste e Sul a representação de um (em 39% dos CME) e dois (em 27% dos CME) representantes do executivo. Em um número inexpressivo de CME são encontrados mais de 10 representantes.

Gráfico 27 – Percentual de conselhos conforme o número de representantes do Poder Executivo.



Esses dados revelam uma tendência positiva na direção da constituição dos CME como órgãos de Estado, representativos da sociedade civil.

No que se refere à participação de membros do poder executivo nos CME, as regiões Sul e Sudeste se destacam (29% e 41%, respectivamente), seguidas pela região Nordeste (20%). Os baixos índices de participação de membros do poder executivo local estão concentrados nas regiões Centro-Oeste (7%) e Norte (3%).

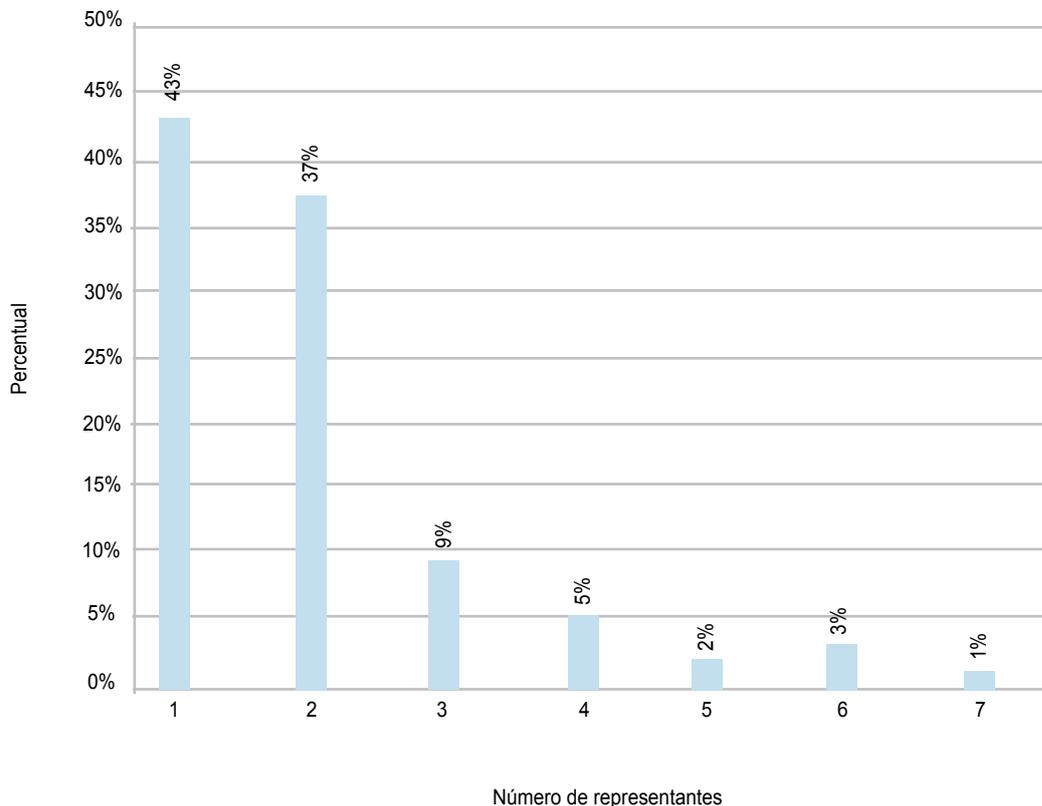
Tabela 12 - Distribuição dos municípios quanto a número de representantes de escolas privadas no CME.

Estados	UF	Nº de representantes das escolas privadas participantes no CME							
		1	2	3	4	5	6	7	Total
Acre	AC								0
Alagoas	AL	2	2	3					7
Amapá	AP								0
Amazonas	AM	1	2						3
Bahia	BA	27	18	3					48
Ceará	CE	18	4						22
Espírito Santo	ES	13	16						29
Goiás	GO	16	4						20
Maranhão	MA	4	6		4				14
Mato Grosso	MT	6	4						10
Mato Grosso do Sul	MS	3	8						11
Minas Gerais	MG	43	56	15	12	5	12		143
Pará	PA	3	4						7
Paraíba	PB	9	8						17
Paraná	PR	11	12	3	4			7	37
Pernambuco	PE	10	8						18
Piauí	PI	2							2
Rio de Janeiro	RJ	23	12	9			6		50
Rio Grande do Norte	RN	11	4						15
Rio Grande do Sul	RS	47	40	12	4				103
Rondônia	RO	1	2						3
Roraima	RR	1							1
Santa Catarina	SC	38	30	9			6		83
São Paulo	SP	73	78	24	16	15	6		212
Sergipe	SE	4							4
Tocantins	TO	7							7
Total global		373	318	78	40	20	30	7	866
Distribuição da participação dos alunos no CME, por região									
Região Centro-Oeste	CO	25	16	0	0	0	0	0	41
Região Nordeste	NE	87	50	6	4	0	0	0	147
Região Norte	N	13	8	0	0	0	0	0	21
Região Sudeste	SE	152	162	48	28	20	24	0	434
Região Sul	S	96	82	24	8	0	6	7	223
Resultado no Brasil		373	318	78	40	20	30	7	866
Distribuição percentual		43%	37%	9%	5%	2%	3%	1%	100%

Fonte - SICME, dados de 2005.

Representantes de escolas privadas estão presentes em 866 CME (67% dos cadastrados e com funcionamento regular em 2005). A maioria desses CME (94%) possui até 4 representantes de escolas privadas, apresentando distribuição também semelhante àquela verificada para a participação dos pais (vide Tabela 10) e membros do poder executivo (Tabela 11).

Gráfico 28 – Percentual de conselhos conforme o número de representantes de escolas privadas.



Novamente, as regiões Sul (223 municípios) e Sudeste (434 municípios) se destacam como as que mais têm presença de representantes das escolas privadas (26% e 50%, respectivamente, calculados sobre o total de 866 municípios que responderam à pergunta), seguidas pela região Nordeste (17%). Os baixos índices de participação de representantes das escolas privadas estão concentrados nas regiões Centro-Oeste (5%) e Norte (2%).

A presença relativamente reduzida de representantes das escolas privadas nos CME pode ser explicada pelo fato dos Sistemas Municipais de Ensino serem constituídos predominantemente por instituições de ensino públicas. Das instituições privadas somente as de Educação Infantil se vinculam aos SME.

Tabela 13 - Distribuição dos municípios quanto ao número de representantes de escolas públicas no CME.

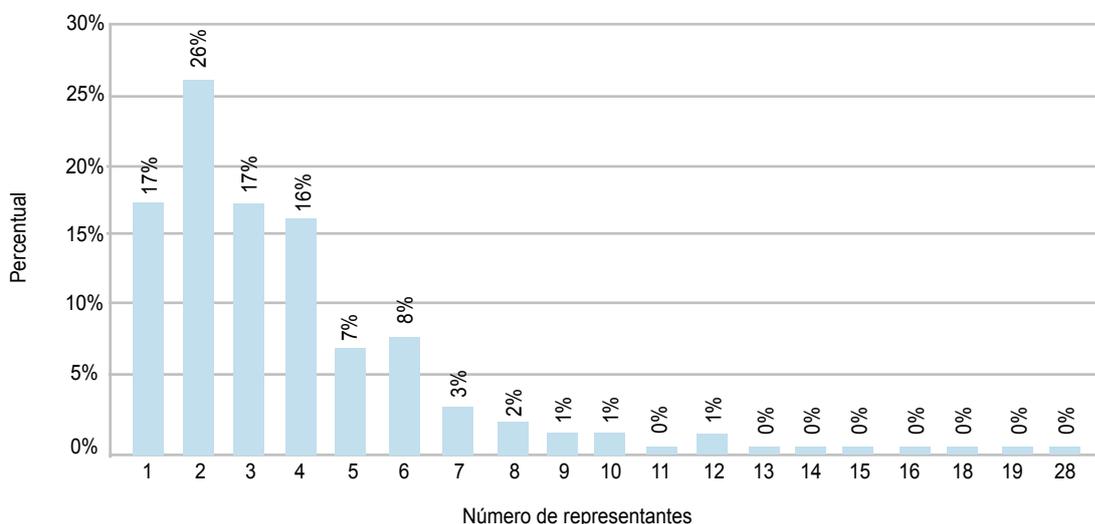
Estados	UF	Nº de representantes das escolas públicas participantes no CME																			
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	18	19	28	Total
Acre	AC																				0
Alagoas	AL	1	2	3	1																7
Amapá	AP			1																	1
Amazonas	AM	1	3		1		1														6
Bahia	BA	21	31	16	8	3	5		2												86
Ceará	CE	5	10	5	3	3															26
Espírito Santo	ES	9	18	5	8				2					1							43
Goiás	GO	17	18	13	6	2				1			1								58
Maranhão	MA	6	4	1	4		1														16
Mato Grosso	MT	3	9	3	1	2															18
Mato Grosso do Sul	MS	2	3	3	1		2														11
Minas Gerais	MG	20	36	34	27	9	9	5	5	1	3		2			1	2			1	155
Pará	PA	2	5		1																8
Paraíba	PB	12	14	3	1																30
Paraná	PR	3	14	7	4	1	6						1								36
Pernambuco	PE	7	12	7	3		1														30
Piauí	PI	4	2																		6
Rio de Janeiro	RJ	12	10	7		2	2	1	1												35
Rio Grande do Norte	RN	7	11	11	5	1	1								1						37
Rio Grande do Sul	RS	19	38	26	32	15	29	8	5	1	2										175
Rondônia	RO	1																			1
Roraima	RR		1			1															2
Santa Catarina	SC	26	39	25	34	7	12	7	4	1			1								156
São Paulo	SP	29	42	43	57	36	31	11	11	7	9	2	3		5	1	1	1	1		290
Sergipe	SE	3	2	2																	7
Tocantins	TO	1	5	4	3	3			1												17
Total global		211	329	219	200	85	100	32	31	11	14	2	8	1	6	2	3	1	1		1.257
Distribuição da participação dos alunos no CME, por região																					
Região Centro-Oeste	CO	22	30	19	8	4	2	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0		87
Região Nordeste	NE	66	88	48	25	7	8	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0		245
Região Norte	N	5	14	5	5	4	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		35
Região Sudeste	SE	70	106	89	92	47	42	17	19	8	12	2	5	1	5	2	3	1	1		523
Região Sul	S	48	91	58	70	23	47	15	9	2	2	0	2	0	0	0	0	0	0		367
Resultado no Brasil		211	329	219	200	85	100	32	31	11	14	2	8	1	6	2	3	1	1	1	1.257
Distribuição percentual		17%	26%	17%	16%	7%	8%	3%	2%	1%	1%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Fonte: SICME, dados de 2005.

Os percentuais de "Distribuição Percentual" menores que 1%, estão indicados por 0%, por questões de arredondamento.

A representação de escolas públicas em CME é mais significativa quando comparada com estudantes, pais, membros do poder executivo e escolas particulares. A quase totalidade dos CME em funcionamento em 2005 (97%) responderam que têm representantes de escolas públicas. Em 76% deles são encontrados até 4 representantes de escolas públicas, chegando ao índice de 91% se computados os que possuem até 6 representantes. Em 3% dos CME são encontrados mais de 10 representantes de escolas públicas.

Gráfico 29 – Percentual de conselhos conforme o número de representantes de escolas públicas.



Fonte: SICME.

As diferenças regionais, porém, permanecem. A distribuição da participação dos representantes de escolas públicas apresenta números muito próximos – em cada região – daqueles observados para a participação de pais, estudantes, escolas particulares e membros do executivo local: As regiões Sul e Sudeste se destacam como as mais participativas (29% e 41%, respectivamente), seguidas pela região Nordeste (20%). Os baixos índices de participação de representantes de escolas públicas estão concentrados nas regiões Centro-Oeste (7%) e Norte (3%).

#### 4.4. Escolha dos representantes nos conselhos municipais de educação

A presença de representantes de estudantes, pais e de profissionais da educação de escolas particulares e públicas não é suficiente para indicar o exercício da democracia participativa. A forma de escolha dos representantes é determinante para a qualidade da representação. A tabela 15 traduz as formas de escolha dos representantes da comunidade educacional nos CME.

Tabela 14 - Situação dos CME, em funcionamento, segundo forma de escolha dos representantes da comunidade educacional.

Estados	Sigla	CME em funcionamento	Indicação da entidade		Indicação do Prefeito		Eleição dos Pares		Outra forma	
			Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)	Nº	%(*)
Acre	AC									
Alagoas	AL	7	5	71%			2	29%		
Amapá	AP	1					1	100%		
Amazonas	AM	6	4	67%			2	33%		
Bahia	BA	93	57	61%	9	10%	26	28%	1	1%
Ceará	CE	26	13	50%	1	4%	12	46%		
Espírito Santo	ES	43	17	40%	1	2%	22	51%	3	7%
Goiás	GO	59	34	58%	7	12%	15	25%	3	5%
Maranhão	MA	16	11	69%	1	6%	4	25%		
Mato Grosso	MT	18	10	56%	1	6%	7	39%		
Mato Grosso do Sul	MS	12	5	42%	5	42%	2	17%		
Minas Gerais	MG	156	91	58%	16	10%	48	31%	1	1%
Pará	PA	8	2	25%			5	63%	1	13%
Paraíba	PB	30	12	40%	3	10%	15	50%		
Paraná	PR	36	21	58%	2	6%	13	36%		
Pernambuco	PE	30	20	67%	2	7%	7	23%	1	3%
Piauí	PI	6	5	83%	1	17%				
Rio de Janeiro	RJ	45	23	51%	8	18%	12	27%	2	4%
Rio Grande do Norte	RN	37	15	41%	4	11%	18	49%		
Rio Grande do Sul	RS	184	122	66%	15	8%	42	23%	5	3%
Rondônia	RO	1					1	100%		
Roraima	RR	2	1	50%	1	50%				
Santa Catarina	SC	157	115	73%	13	8%	26	17%	3	2%
São Paulo	SP	293	123	42%	31	11%	130	44%	9	3%
Sergipe	SE	7	3	43%	1	14%	3	43%		
Tocantins	TO	18	8	44%	6	33%	4	22%		
		89	49	55%	13	15%	24	27%	3	3%
Região Centro-Oeste	CO	252	141	56%	22	9%	87	35%	2	1%
Região Nordeste	NE	36	15	42%	7	19%	13	36%	1	3%
Região Norte	N	537	254	47%	56	10%	212	39%	15	3%
Região Sudeste	SE	377	258	68%	30	8%	81	21%	8	2%
Região Sul	S									
Resultado geral		1291	717	56%	128	10%	417	32%	29	2%

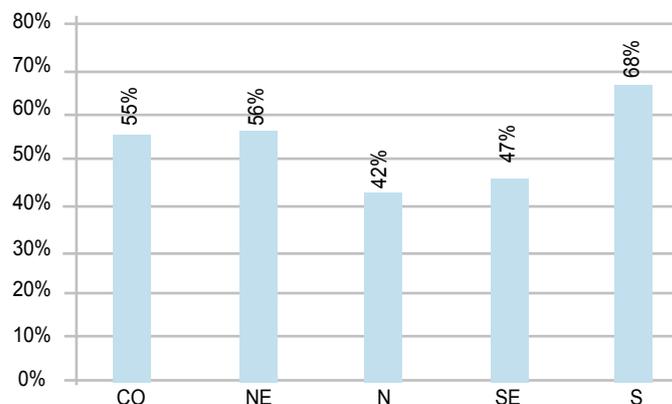
(\*) Fonte - SICME, dados de 2005.

(\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME com CME em funcionamento.

Espaços em branco – dados não informados.

Quanto à modalidade de seleção dos representantes da comunidade educacional, as modalidades indicação de entidades (55%) e eleição dos pares (32%) respondem por quase a totalidade das formas de escolha de representantes dos CME. Indicações de Prefeitos somam 10%, e outras formas respondem por apenas 2% do universo pesquisado em 2005.

Gráfico 30 - Percentual de municípios, por região, onde a forma de escolha dos representantes do CME, na comunidade educacional, é realizada por indicação da entidade.

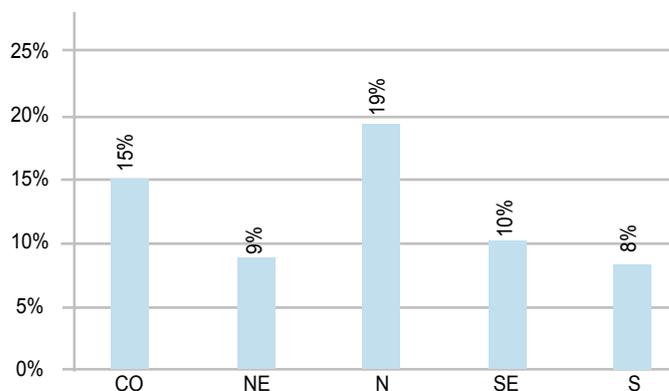


Fonte: SICME.

Esta realidade se verifica em todo o país – a soma dos índices de indicações de entidades com os índices de eleição pelos pares é sempre superior a 78% (caso do Centro-Oeste) – quando o índice das indicações é menor, a proporção de membros escolhidos mediante eleição é maior.

- Quanto à indicação de entidades: a Região Sul lidera as estatísticas (68%); seguida pelo bloco Centro-Oeste (55%) e Nordeste (56%); e por último as regiões Sudeste (47%) e Norte (42%). A unidade da federação com menor índice é o Pará (25%), e o maior índice é do Piauí (83%).
- Quanto à indicação do prefeito: a Região Norte apresenta maiores índices de indicações por prefeitos (19%), seguida pelo Centro-Oeste (15%). As demais regiões apresentam índices entre 8% e 10%. MT, RJ e PI as indicações de prefeitos ocorrem em maior número.

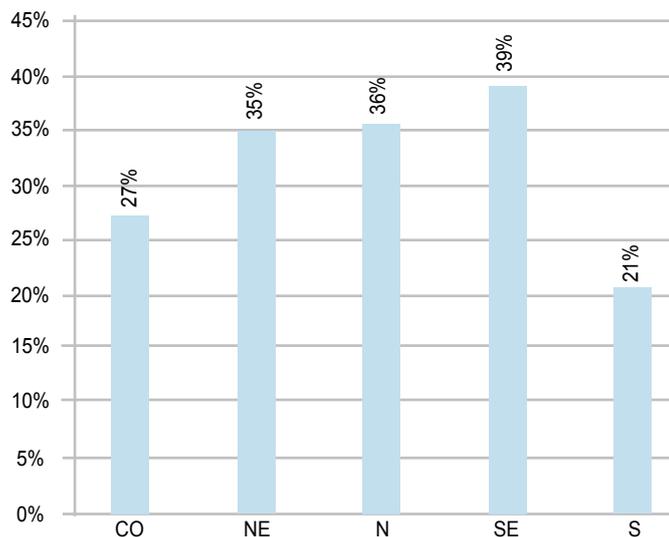
Gráfico 31 - Percentual de municípios, por região, onde a forma de escolha dos representantes do CME, na comunidade educacional, é realizada por indicação do prefeito.



Fonte: SICME

- Quanto à eleição entre pares: a Região Sul apresenta o menor índice (21%), o Centro-Oeste também possui característica própria (27%), enquanto as regiões Sudeste, Norte e Nordeste ficam muito próximas (em torno de 36%).

Gráfico 32 - Percentual de municípios, por região, onde a forma de escolha dos representantes do CME, na comunidade educacional, é realizada por eleição pelos pares.



Fonte: SICME.

As regiões que possuem indicadores similares variam de acordo com a modalidade da escolha dos representantes, porém as que mais se destacam com características próprias são as regiões Sul e Centro-Oeste, que privilegiam as indicações de entidades e eleição entre os pares.

A pesquisa não entrou em detalhes quanto à forma de indicação dos conselheiros pelas entidades. Supõe-se que não seja por meio de eleição pelos pares, uma que essa forma de escolha é contemplada em item próprio. Sendo verdadeiro que a indicação pela entidade representa um ato pessoal do dirigente, teríamos somente 1/3 dos representantes da comunidade eleitos pelos pares.

## 4.5. Escolha do presidente nos conselhos municipais de educação

Considerando que o Presidente do CME estabelece a pauta das reuniões, a forma de escolha tem forte influência no funcionamento do conselho. A tabela 14 indica as formas de escolha encontradas nos CME em funcionamento, segundo os dados do SICME 2005.

Tabela 15 - Situação dos CME, em funcionamento, segundo forma de escolha do Presidente.

Estados	Sigla	CME em funcionamento	Indicação do Executivo		Eleição pelos pares		Secretário é o Presidente		Outra forma	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acre	AC									
Alagoas	AL	7			6	86%	1	14%		
Amapá	AP	1			1	100%				
Amazonas	AM	6			5	83%	1	17%		
Bahia	BA	93	7	8%	58	62%	22	24%	6	6%
Ceará	CE	26	2	8%	14	54%	9	35%	1	4%
Espírito Santo	ES	43	5	12%	31	72%	7	16%		
Goiás	GO	59	6	10%	44	75%	6	10%	3	5%
Maranhão	MA	16	4	25%	8	50%	4	25%		
Mato Grosso	MT	18			16	89%	2	11%		
Mato Grosso do Sul	MS	12	1	8%	10	83%			1	8%
Minas Gerais	MG	156	19	12%	70	45%	62	40%	5	3%
Pará	PA	8			7	88%	1	13%		
Paraíba	PB	30	2	7%	26	87%	1	3%	1	3%
Paraná	PR	36	3	8%	19	53%	14	39%		
Pernambuco	PE	30	4	13%	18	60%	8	27%		
Piauí	PI	6			6	100%				
Rio de Janeiro	RJ	45	5	11%	17	38%	21	47%	2	4%
Rio Grande do Norte	RN	37	2	5%	29	78%	6	16%		
Rio Grande do Sul	RS	184	5	3%	176	96%			3	2%
Rondônia	RO	1			1	100%				
Roraima	RR	2			2	100%				
Santa Catarina	SC	157	15	10%	118	75%	15	10%	9	6%
São Paulo	SP	293	34	12%	216	74%	40	14%	3	1%
Sergipe	SE	7			6	86%	1	14%		
Tocantins	TO	18	5	28%	9	50%	4	22%		
Região Centro-Oeste	CO	89	7	8%	70	79%	8	9%	4	4%
Região Nordeste	NE	252	21	8%	171	68%	52	21%	8	3%
Região Norte	N	36	5	14%	25	69%	6	17%		
Região Sudeste	SE	537	63	12%	334	62%	130	24%	10	2%
Região Sul	S	377	23	6%	313	83%	29	8%	12	3%
Resultado geral		1291	119	9%	913	71%	225	17%	34	3%

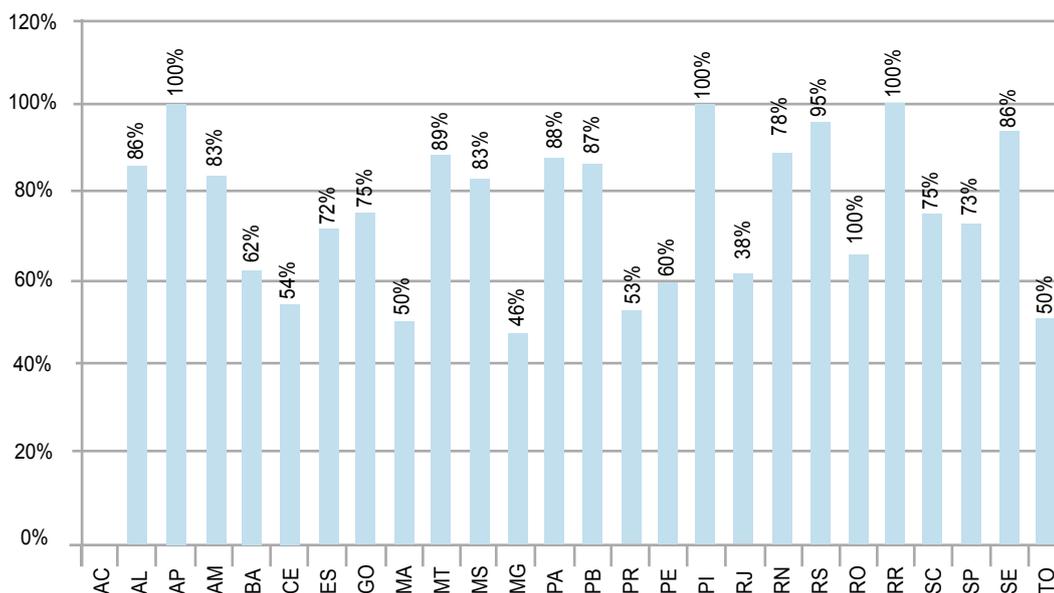
(\*) Fonte - SICME, dados de 2005.

(\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME com CME em funcionamento.

Espaços em branco – dados não informados.

A pesquisa de 2005 mostra que em 71% dos CME seus presidentes são escolhidos entre os pares, em 17% dos casos o presidente é o próprio Secretário Municipal de Educação e, em 9% dos CME o presidente é indicado pelo Poder Executivo local. As outras formas representam apenas 3%.

Gráfico 33 - Percentual de municípios, por região do país, onde o presidente do CME é escolhido por eleição pelos pares.



Fonte: SICME.

Somando-se os casos em que o próprio Secretário de Educação exerce a Presidência com os casos em que o Presidente é indicado pelo Prefeito, temos aproximadamente um 1/3 dos CME com a presidência exercida direta ou indiretamente pelo Poder Executivo.

O impasse principal que advém dessa situação, especialmente quando o próprio secretário exerce a presidência, é que fica suprimida, ou seriamente comprometida, uma instância de negociação. Isto porque a praxe dos conselhos de educação, cuja tradição privilegia a eleição do presidente pelos pares, é de submeter ao executivo a homologação de suas decisões, podendo este, em caso de discordância, solicitar reexame da matéria, com justificativa das razões da recusa do ato homologatório. Como pode o Secretário de Educação recusar decisão do conselho que ele próprio preside? Ou, como se situam os conselheiros para deliberar sobre questão a qual é declarado previamente o veto?

## 5. CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO



As condições de funcionamento dos conselhos municipais de educação indicam, em boa medida, a importância que assumem no sistema de ensino ou na gestão participativa da Secretaria de Educação.

Três aspectos são indicadores da importância atribuída aos conselhos: a periodicidade das reuniões, o apoio oferecido aos conselheiros para o desempenho de suas funções e as condições das instalações onde os conselhos funcionam.

O funcionamento com periodicidade definida e com frequência mensal ou bimensal indica participação, ao menos em tese, na gestão do sistema de ensino, seja na função deliberativa, seja na consultiva. A pouca frequência das reuniões e a intervalos irregulares indica atuação esporádica ou circunstancial, quando não de caráter meramente emergencial.

O apoio aos conselheiros, também é indicativo do apreço ao seu trabalho. O bom desempenho de uma função pressupõe condições apropriadas para realizá-la. A elaboração de pareceres requer, freqüentemente, acesso a documentos e referências bibliográficas, tanto teóricas quanto legais e assessoria adequada. A tarefa necessariamente requer dedicação e empenho do conselheiro. Na medida em que a representação o onerar, em prejuízo de suas atividades profissionais, pode desestimular a participação. Sua participação não pode ser entendida como mera cooperação, ou voluntariado. A questão do pagamento de “jetons” permanece polêmica. O jeton é legítimo na medida em que reconhece e valoriza a dedicação profissional à educação. Mas o jeton, quando houver, não deve ser de valor elevado a ponto de atrair a cobiça e dissimular a participação em nome da remuneração. Nem tão irrisório que avilte o serviço à educação.

As condições materiais, embora pareçam questões secundárias, podem acobertar estratégias de dependência do conselho e dos conselheiros ao executivo. Se não comporta sede própria em alguns municípios, em nome da economia dos espaços públicos, ao menos é desejável espaço e equipamentos mínimos próprios. Conselhos desprovidos de condições próprias de funcionamento, em geral, são desprovidos também de autonomia. E sem autonomia, não há como constituir-se em fórum de democracia participativa, expressão da pluralidade das vozes da sociedade, e em nome dela deliberando sobre ações a serem implementadas pelo governo.

As próximas três tabelas analisam as condições de apoio ao funcionamento dos CME.

## 5.1. Periodicidade das reuniões

Relatório 16 - Situação dos CME em funcionamento, segundo periodicidade das reuniões ordinárias.

Estados	Sigla	CME em funcionamento	Semanal		Quinzenal		Mensal		Bimestral		Semestral		Conselho desativado	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acre	AC													
Alagoas	AL	7					6	86%	1	14%				
Amapá	AP	1					1	100%						
Amazonas	AM	6			3	50%	1	17%	1	17%	1	17%		
Bahia	BA	93	1	1%	7	8%	71	76%	11	12%	2	2%	1	1%
Ceará	CE	26			4	15%	14	54%	7	27%	1	4%		
Espírito Santo	ES	43	2	5%	5	12%	26	60%	7	16%	3	7%		
Goiás	GO	59	11	19%	3	5%	30	51%	10	17%	5	8%		
Maranhão	MA	16	2	13%	2	13%	10	63%	2	13%				
Mato Grosso	MT	18			1	6%	15	83%	2	11%				
Mato Grosso do Sul	MS	12	2	17%	2	17%	7	58%	1	8%				
Minas Gerais	MG	156	2	1%	2	1%	83	53%	52	33%	14	9%	3	2%
Pará	PA	8			4	50%	3	38%	1	13%				
Paraíba	PB	30	1	3%	2	7%	17	57%	7	23%	3	10%		
Paraná	PR	36	1	3%			24	67%	10	28%	1	3%		
Pernambuco	PE	30	3	10%	2	7%	10	33%	11	37%	4	13%		
Piauí	PI	6			1	17%	4	67%	1	17%				
Rio de Janeiro	RJ	45	5	11%	7	16%	25	56%	7	16%	1	2%		
Rio Grande do Norte	RN	37			3	8%	16	43%	14	38%	4	11%		
Rio Grande do Sul	RS	184	11	6%	17	9%	115	63%	33	18%	8	4%		
Rondônia	RO	1	1	100%										
Roraima	RR	2	1	50%			1	50%						
Santa Catarina	SC	157	1	1%	3	2%	80	51%	47	30%	25	16%	1	1%
São Paulo	SP	293	1	0%	8	3%	158	54%	111	38%	14	5%	1	0%
Sergipe	SE	7			4	57%	2	29%	1	14%				
Tocantins	TO	18					13	72%	4	22%	1	6%		
Região Centro-Oeste	CO	89	13	15%	6	7%	52	58%	13	15%	5	6%		
Região Nordeste	NE	252	7	3%	25	10%	150	60%	55	22%	14	6%	1	0%
Região Norte	N	36	2	6%	7	19%	19	53%	6	17%	2	6%		
Região Sudeste	SE	537	10	2%	22	4%	292	54%	177	33%	32	6%	4	1%
Região Sul	S	377	13	3%	20	5%	219	58%	90	24%	34	9%	1	0%
Resultado no Brasil		1291	45	3%	80	6%	732	57%	341	26%	87	7%	6	0%

(\*) Fonte - SICME, dados de 2005.

(\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME com CME em funcionamento.

Espaços em branco – dados não informados.

A periodicidade de funcionamento dos CME é, na grande maioria, mensal (57%) ou bimestral (26%). Poucos conselhos (9%) funcionam semanal ou quinzenalmente. Um número mais reduzido, mas significativo (7%) funciona apenas semestralmente.

Segundo os dados disponíveis no SICME, não há relação entre os estados que possuem maior índice de CME funcionando regularmente e a periodicidade de funcionamento nos CME nestes mesmos estados.

O reduzido número de reuniões limita os conselhos no cumprimento de funções deliberativas e/ou consultivas. Tanto a definição de normas e diretrizes, quanto o atendimento a consultas, seja da comunidade, seja do próprio executivo, ficam limitados a dois momentos anuais. A dinâmica da democracia participativa também fica comprometida.

## 5.2. Apoio aos conselheiros

Tabela 17 - Situação dos CME, em funcionamento, segundo tipo de apoio financeiro para conselheiro.

Estados	Sigla	CME em funcionamento	Jeton		Pró-labore		Ajuda de custo		Vale transporte		Não recebe	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Acre	AC											
Alagoas	AL	7							1	14%	6	86%
Amapá	AP	1	1	100%							3	300%
Amazonas	AM	6			1	17%	2	33%	1	17%		
Bahia	BA	93	8	9%	12	13%	6	6%	2	2%	67	72%
Ceará	CE	26							2	8%	24	92%
Espírito Santo	ES	43	1	2%	4	9%	2	5%			36	84%
Goiás	GO	59	5	8%	1	2%	2	3%	1	2%	50	85%
Maranhão	MA	16	5	31%	1	6%	4	25%	1	6%	6	38%
Mato Grosso	MT	18			1	6%	2	11%			15	83%
Mato Grosso do Sul	MS	12	2	17%							10	83%
Minas Gerais	MG	156			15	10%	2	1%	6	4%	135	87%
Pará	PA	8	1	13%	2	25%					5	63%
Paraíba	PB	30	1	3%	3	10%	4	13%	1	3%	22	73%
Paraná	PR	36			1	3%					35	97%
Pernambuco	PE	30	1	3%	2	7%	1	3%	1	3%	25	83%
Piauí	PI	6			2	33%					4	67%
Rio de Janeiro	RJ	45	5	11%	2	4%	1	2%			38	84%
Rio Grande do Norte	RN	37			5	14%					32	86%
Rio Grande do Sul	RS	184	6	3%	11	6%	45	24%	10	5%	120	65%
Rondônia	RO	1	1	100%								
Roraima	RR	2									2	100%
Santa Catarina	SC	157			7	4%	8	5%	2	1%	140	89%
São Paulo	SP	293	1	0%	15	5%	11	4%	1	0%	264	90%
Sergipe	SE	7			1	14%	1	14%			5	71%
Tocantins	TO	18			2	11%	3	17%			13	72%
Região Centro-Oeste	CO	89	7	8%	2	2%	4	4%	1	1%	75	84%
Região Nordeste	NE	252	15	6%	26	10%	16	6%	8	3%	191	76%
Região Norte	N	36	3	8%	5	14%	5	14%	1	3%	23	64%
Região Sudeste	SE	537	7	1%	36	7%	16	3%	7	1%	473	88%
Região Sul	S	377	6	2%	19	5%	53	14%	12	3%	295	78%
Resultado no Brasil		1291	38	3%	88	7%	94	7%	29	2%	1057	82%

(\*) Fonte - SICME, dados de 2005.

(\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME com CME em funcionamento.

Espaços em branco – dados não informados.

Os indicadores nacionais apresentados pelo SICME mostram que a grande maioria (82%) dos CME não oferecem aos conselheiros qualquer tipo de apoio remunerado. Em 7% dos CME os conselheiros recebem ajuda de custo e em outros 7% pró-labore. Somente 3% dos CME pagam jeton aos conselheiros e 2% dos CME pagam vale-transporte.

Os dados não sugerem nenhuma diferença significativa entre as regiões do país – exceção à região Norte, onde há uma proporção significativamente maior de CME que pagam ajuda de custo.

Conforme a tabela 3.a, na região Sul 73% dos CME cadastrados funcionam regularmente – o maior índice verificado no Brasil. Nesta mesma região, 18% dos CME não oferecem nenhum tipo de apoio financeiro aos seus conselheiros – também o maior índice do Brasil. Certamente o apoio financeiro alavanca as condições de funcionamento de um CME, porém estes números não indicam uma tendência ou relação direta entre maior apoio e índice de funcionamento dos CME.

O estado de Santa Catarina apresenta o maior índice de funcionamento regular de seus CME, e também um dos menores índices de apoio financeiro - o mesmo raciocínio vale para SP, RJ, RS, GO e ES – todas unidades da federação, cujo índice de funcionamento regular é superior à média nacional, e onde o índice de CME que não oferecem apoio financeiro é também muito alto. Porém, é necessário investigar se este tipo de apoio pode alavancar o funcionamento daqueles CME que ainda não operam regularmente.

Em AL e CE o pagamento de vale-transporte é a única ajuda que os conselheiros recebem.

### 5.3. Condições materiais

Tabela 18 - Situação dos CME, em funcionamento segundo condições materiais.

Estados	Sigla	CME em funcionamento	Secr. tem acesso à internet		Valetransporte								
					Secretaria Municipal		Prédio alugado		Prédio cedido		Outro local		
					Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	
Acre	AC	0											
Alagoas	AL	7	7	100%	4	57%	1	14%	1	14%	1	14%	
Amapá	AP	1	1	100%		0%		0%	1	100%			0%
Amazonas	AM	6	6	100%	4	67%	1	17%	1	17%			0%
Bahia	BA	93	91	98%	72	77%	6	6%	11	12%	4	4%	
Ceará	CE	26	26	100%	18	69%	4	15%	3	12%	1	4%	
Espírito Santo	ES	43	43	100%	38	88%	1	2%	1	2%	3	7%	
Goiás	GO	59	59	100%	38	64%	5	8%	10	17%	6	10%	
Maranhão	MA	16	16	100%	11	69%	2	13%	1	6%	2	13%	
Mato Grosso	MT	18	18	100%	14	78%	1	6%	2	11%	1	6%	
Mato Grosso do Sul	MS	12	12	100%	9	75%	1	8%	1	8%	1	8%	
Minas Gerais	MG	156	156	100%	130	83%	2	1%	8	5%	17	11%	
Pará	PA	8	8	100%	5	63%	2	25%		0%	1	13%	
Paraíba	PB	30	30	100%	22	73%	1	3%	2	7%	5	17%	
Paraná	PR	36	36	100%	25	69%	2	6%	6	17%	3	8%	
Pernambuco	PE	30	30	100%	24	80%	2	7%	2	7%	2	7%	
Piauí	PI	6	6	100%	4	67%		0%	1	17%	1	17%	
Rio de Janeiro	RJ	45	45	100%	35	78%	2	4%	4	9%	4	9%	
Rio Grande do Norte	RN	37	37	100%	30	81%	2	5%	2	5%	3	8%	
Rio Grande do Sul	RS	184	184	100%	126	68%	7	4%	32	17%	18	10%	
Rondônia	RO	1	1	100%		0%	1	100%		0%			0%
Roraima	RR	2	2	100%	2	100%		0%		0%			0%
Santa Catarina	SC	157	157	100%	130	83%	2	1%	14	9%	11	7%	
São Paulo	SP	293	293	100%	206	70%	3	1%	34	12%	50	17%	
Sergipe	SE	7	7	100%	5	71%	1	14%		0%	1	14%	
Tocantins	TO	18	16	89%	14	78%	1	6%	2	11%	1	6%	
Região Centro-Oeste	CO	89	89	100%	61	69%	7	8%	13	15%	8	9%	
Região Nordeste	NE	252	250	99%	190	75%	19	8%	23	9%	20	8%	
Região Norte	N	36	34	94%	25	69%	5	14%	4	11%	2	6%	
Região Sudeste	SE	537	537	100%	408	76%	8	1%	47	9%	74	14%	
Região Sul	S	377	377	100%	281	75%	11	3%	52	14%	32	8%	
Resultado no Brasil		1291	1287	100%	966	75%	50	4%	139	11%	136	11%	

(\*) Fonte - SICME, dados de 2005.

(\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME com CME em funcionamento.

Espaços em branco – dados não informados.

Tabela 18 Continuação - Situação dos CME, em funcionamento segundo condições materiais.

Estados	UF	CME em funcionamento	Equipamentos													Existem funcionários		Tem dotação orçamentária				
			Telefone		Fax		Máquina Escrever	Micro computador		Impressora	Outros		Não há equipamento		Equipamento em bom estado		Nº(*)		%(**)			
			Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)	%(**)	Nº(*)		%(**)			
Acre	AC	0																				
Alagoas	AL	7	4	57%	1	14%			2	29%	1	14%		2	29%	4	57%	5	71%			
Amapá	AP	1		0%		0%				0%		0%		1	100%		0%		0%			
Amazonas	AM	6	2	33%	1	17%			4	67%	2	33%		3	50%	2	33%	4	67%			
Bahia	BA	93	45	48%	26	28%	11	12%	41	44%	38	41%	15	16%	39	42%	45	48%	57	61%		
Ceará	CE	26	15	58%	11	42%	4	15%	10	38%	9	35%	6	23%	9	35%	15	58%	7	27%		
Espirito Santo	ES	43	17	40%	15	35%		0%	14	33%	14	33%	6	14%	26	60%	17	40%	19	44%		
Goiás	GO	59	25	42%	14	24%	9	15%	24	41%	23	39%	15	25%	23	39%	25	42%	22	37%		
Maranhão	MA	16	7	44%	5	31%	2	13%	9	56%	7	44%	3	19%	2	13%	7	44%	13	81%		
Mato Grosso	MT	18	11	61%	7	39%	1	6%	11	61%	11	61%	6	33%	6	33%	11	61%	8	44%		
Mato Grosso do Sul	MS	12	6	50%	7	58%	1	8%	6	50%	6	50%	3	25%	4	33%	6	50%	6	50%		
Minas Gerais	MG	156	88	56%	60	38%	23	15%	70	45%	70	45%	25	16%	58	37%	88	56%	55	35%		
Pará	PA	8	4	50%	3	38%	2	25%	4	50%	4	50%	1	13%	2	25%	4	50%	5	63%		
Paraíba	PB	30	11	37%	4	13%	4	13%	11	37%	8	27%	6	20%	14	47%	11	37%	15	50%		
Paraná	PR	36	19	53%	15	42%	7	19%	20	56%	18	50%	11	31%	12	33%	19	53%	11	31%		
Pernambuco	PE	30	8	27%	6	20%	2	7%	8	27%	6	20%	3	10%	19	63%	8	27%	12	40%		
Piauí	PI	6	3	50%	2	33%	2	33%	3	50%	3	50%	1	17%	3	50%	3	50%	2	33%		
Rio de Janeiro	RJ	45	21	47%	13	29%	3	7%	18	40%	18	40%	10	22%	21	47%	21	47%	23	51%		
Rio Grande do Norte	RN	37	7	19%	7	19%	3	8%	6	16%	7	19%	7	19%	19	51%	7	19%	5	14%		
Rio Grande do Sul	RS	184	95	52%	58	32%	53	29%	87	47%	80	43%	33	18%	59	32%	95	52%	78	42%		
Rondônia	RO	1	1	100%		0%	1	100%	1	100%	1	100%	1	100%		0%	1	100%	1	100%		
Roraima	RR	2	1	50%		0%		0%	1	50%	1	50%	1	50%		0%	1	50%	2	100%		
Santa Catarina	SC	157	80	51%	64	41%	28	18%	78	50%	72	46%	26	17%	69	44%	80	51%	43	27%		
São Paulo	SP	293	154	53%	117	40%	50	17%	146	50%	134	46%	38	13%	124	42%	154	53%	58	20%		
Sergipe	SE	7	5	71%	4	57%	2	29%	5	71%	4	57%	2	29%		0%	5	71%	4	57%		
Tocantins	TO	18	6	33%	4	22%	2	11%	3	17%	3	17%	1	6%	9	50%	6	33%	11	61%		
Região Centro-Oeste	CO	89	42	47%	28	31%	11	12%	41	46%	40	45%	24	27%	33	37%	42	47%	36	40%		
Região Nordeste	NE	252	105	42%	66	26%	30	12%	95	38%	83	33%	45	18%	107	42%	105	42%	120	48%		
Região Norte	N	36	14	39%	8	22%	5	14%	13	36%	11	31%	7	19%	12	33%	14	39%	23	64%		
Região Sudeste	SE	537	280	52%	205	38%	76	14%	248	46%	236	44%	79	15%	229	43%	280	52%	155	29%		
Região Sul	S	377	194	51%	137	36%	88	23%	185	49%	170	45%	70	19%	140	37%	194	51%	132	35%		
Resultado geral		1291	635	49%	444	34%	210	16%	582	45%	540	42%	225	17%	521	40%	635	49%	466	36%		
																					681	53%

(\*) Fonte - SICME, dados de 2005.  
 (\*\*) - Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME com CME em funcionamento.  
 Espaços em branco - dados não informados.

Dentre os CME que funcionam regularmente, a maioria opera na própria secretaria municipal (75%) ou em instalações físicas cedidas (11%). Raros (4%) são aqueles que possuem instalações alugadas, e 11% funcionam em outros lugares.

Dos municípios onde os CME funcionam regularmente, quase a totalidade das secretarias municipais possuem acesso à internet – apenas 2 municípios no Tocantins e 2 na Bahia apresentam Secretarias Municipais que não estão conectadas na rede mundial. Apesar disso, apenas 45% destes mesmos CME possuem computadores.

Um dado relevante ao funcionamento dos conselhos é a dotação orçamentária própria, o que indica certa autonomia de funcionamento. Os dados indicam que 53% dos CME possuem dotação orçamentária, o que pode ser considerado relevante.

Não se observam diferenças regionais significativas na Tabela 17, nem correlação entre a existência de dotação orçamentária e o funcionamento regular dos CME.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa falam mais que as possíveis considerações. A comparação dos dados da pesquisa de 2004, com os dados de 2005, (tabelas 1.a e 3.a) revela um significativo incremento na criação de sistemas, conselhos e planos municipais de educação, assim como no funcionamento dos CME criados. O quadro a seguir sintetiza esses dados.

Tabela 19 – Incremento 2004/2005 na criação de sistemas, conselhos e planos municipais de educação.

Municípios	2004	2005	Incremento	
	Nº	Nº	Nº	%
1. Municípios cadastrados	2.425	3.339	914	38
2. M. cadastrados com lei criando o SME	937	1.525	588	63
3. M. cadastrados com lei que cria CME	1.751	2.250	499	28
4. M. cadastrados com lei que cria o PME	392	1.104	712	182
5. M. cadastrados onde o CME funciona	1.369	1.996	627	46

Fonte - SICME, dados de 2005.

Dos dados do quadro verificamos que o cadastramento de municípios no SICME cresceu 38%. Nesses municípios o maior incremento ocorreu na edição de leis criando o Plano Municipal de Educação (182%), seguido da criação de Sistemas Municipais de Educação (63%). Embora a criação de Conselhos Municipais de Educação tenha crescido menos (28%), o índice de seu efetivo funcionamento aumentou levemente. Em 2004 funcionavam efetivamente 78% dos conselhos criados. Já em 2005, considerando os dados agregados de 2004 e 2005, temos 79% dos CME criados funcionando efetivamente.

Considerando que os conselhos e planos de educação estão diretamente relacionados à organização dos sistemas de ensino, o movimento verificado pode ser considerado positivo, uma vez que os dados de 2005 revelam uma relação mais próxima do que em 2004 entre o número de sistemas, conselhos e planos criados nos municípios. Ou seja: as distorções de municípios com conselhos sem sistema de ensino e de municípios com sistema sem plano de educação, diminuíram. O quadro 2 mostra essa relação.

Tabela 20 – Comparativo de percentuais entre 2004 e 2005 na criação de sistemas, conselhos e planos municipais de educação.

Municípios	2004		2005	
	Nº	%	Nº	%
Municípios cadastrados	2.425	44 (*)	3.339	60 (*)
Com lei do Sistema de Ensino	937	39 (**)	1.525	45 (**)
Com lei do Conselho de Educação	1.751	72 (**)	2.250	75 (**)
Com lei do Plano de Educação	392	16 (**)	1.104	32 (**)

Fonte – SICME, dados de 2005.

(\*) Percentual sobre o total de municípios dos Brasil.

(\*\*) Percentual sobre os municípios cadastrados no SICME.

Dos dados gerais analisados na pesquisa do SICME de 2004 e 2005 algumas questões podem ser postas à análise dos profissionais de educação nos municípios. Dentre elas podem ser destacado(a)s:

- A relação entre sistemas de ensino, conselhos e planos de educação. A criação de sistema próprio de ensino, por lei municipal, dá ao município autonomia na gestão e formulação de diretrizes pedagógicas sobre as instituições de ensino na educação básica por ele mantidas e sobre as instituições de educação infantil da rede particular. O Conselho de Educação se insere na estrutura do sistema como fórum de gestão democrática, participativa. O Plano de Educação organiza, dá coerência e visão de futuro ao sistema. Neste sentido é desejável que os três caminhem juntos.
- O funcionamento dos Conselhos de Educação. Somente 59% dos conselhos municipais de educação criados funcionavam efetivamente em 2005. Embora esse dado seja superior ao de 2004 (56% dos conselhos criados funcionavam efetivamente), ainda é preocupante e merece análise o fato de 41% dos conselhos criados não registrarem o seu funcionamento. A pesquisa mostra algumas das razões, mas o assunto merece análise mais detalhada.
- Ajuda de custo aos conselheiros ou pagamento de jetons. Este permanece o tema mais polêmico entre os dirigentes municipais de educação. O enfoque relevante para análise do tema é o que considera inadequada a profissionalização da representação no exercício da democracia participativa. Não cabe compará-la, uma vez que sua natureza é distinta, com o exercício da representação política nos parlamentos, que hoje é profissionalizada, mas não era assim nas suas origens. O enfoque contrário é que o exercício de atividade educacional merece tratamento profissional e deve contar com apoio financeiro adequado. De qualquer forma, se é legítimo o pró-labore, ou o jeton, e a ajuda de custo, para a atividade de conselheiro, a sua conversão em atividade a ser ambicionada pelo valor financeiro comprometeria irremediavelmente o significado da democracia participativa e a representação da pluralidade social.
- O significado da representação. A função dos representantes nos conselhos, seja do executivo ou das diferentes entidades, é a de traduzir as visões, as as-

pirações da pluralidade social. Não lhes cabe defender os seus segmentos, ou mesmo o executivo, pois não é essa a razão ou o significado da representação. A diversidade da representação nos conselhos qualifica e enriquece sua ação mas, porque mal entendida, tem sido também fator de conflitos. Hegemonias no interior dos conselhos são contrárias à sua natureza e à sua função.

- A participação do executivo no Conselho Municipal de Educação. A premissa da composição do conselho é da participação das diferentes vozes da sociedade, expressando os diferentes pontos de vista, para que o todo social seja visto e considerado. Sem dúvida o executivo municipal precisa expressar o seu ponto de vista, ter a sua voz. Por isso sua presença no conselho é legítima e essencial. A questão é de peso representativo. Se constituir maioria, as outras vozes perderão força e significado.
- O exercício da presidência do Conselho. A tradição dos conselhos de educação institui a praxe da eleição do seu presidente pelos pares, como princípio essencial à sua autonomia. O exercício da presidência pelo Secretário de Educação, ou por funcionário a ele subordinado, dá ao conselho de educação natureza de órgão do governo, não de Estado, o que muda sua natureza essencial. Além disso, além de eliminar a instância de negociação de conflitos e de questões polêmicas, pode criar constrangimentos.
- O instituto da homologação. A tradição consagrou que as decisões dos conselhos dependem da homologação do executivo para se tornarem efetivas. A homologação constitui o ato administrativo que põe em execução a decisão. Faz sentido na medida em que o conselho é órgão deliberativo e consultivo, não executivo. Também não poderiam ser instituídos dois poderes paralelos e independentes na mesma estrutura. No entanto a homologação, ou o ato administrativo que dá efetividade a decisão do conselho, precisa ter regras claras. Um bom exemplo é a tramitação de leis nos parlamentos, que dependem de sanção do executivo, que tem prazo e poder de veto. Mas, no caso da não sanção retorna à deliberação do parlamento, podendo o veto ser derrubado em instância final. E no caso de não sanção no prazo estabelecido a deliberação inicial passa a vigorar. A questão deve ser resolvida pela definição clara de competências e pela negociação.
- As condições de funcionamento. Quando os conselhos funcionam em regime de total dependência do executivo – de espaços e recursos – perdem autonomia. Espaço e orçamento próprios são condições altamente favoráveis ao funcionamento dos conselhos, especialmente em sua função deliberativa. Ambiente favorável à autonomia é condição necessária, embora não suficiente, ao exercício da democracia participativa.

Os dados da pesquisa SICME e as questões deles decorrentes e/ou complementares explicitadas acima são postas à consideração dos educadores como contribuição ao avanço do instigante processo de democracia participativa em efervescência na maioria dos municípios brasileiros.

## ANEXO I – Formulário de cadastramento do SICME – Versão para envio por correio

Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica Departamento de Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino
--

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO “L” 5º ANDAR SALA 526 BRASÍLIA – DF CEP: 70.047-900 FONE: (61) 2104-9284 FAX: (61) 2104-8337 HOME PAGE: <a href="http://www.mec.gov.br/seb/sicme">www.mec.gov.br/seb/sicme</a> E-MAIL: <a href="mailto:cme@mec.gov.br">cme@mec.gov.br</a>
--

Caso a secretaria municipal de educação ou o conselho municipal de educação tenha acesso à internet, não haverá necessidade de utilizar este formulário, o preenchimento poderá ser feito on-line no seguinte endereço: [www.mec.gov.br/seb/sicme](http://www.mec.gov.br/seb/sicme). Em caso de dúvidas e para mais informações ligue grátis para o Ministério da Educação: 0800 61 61 61.

Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

### RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

Nome:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Função:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

E-mail:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Telefones:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Data:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



# LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME

## MÓDULO I

1- Nesse município, há ato legal que cria o Conselho Municipal de Educação?

Sim       Não

2- Nesse município, há ato legal que institui o Sistema Municipal de Ensino?

Sim       Não

3- Nesse município, há lei que aprova o Plano Municipal de Educação?

Sim       Não

4- Caso o município não tenha criado, por meio de ato legal, o Conselho Municipal de Educação, indique as razões:

A)  Falta de pessoal capacitado para compor o conselho

B)  Falta de espaço físico para a realização das reuniões

C)  Falta de opção política

D)  Outra (s)

5- Há Interesse da Secretaria Municipal de Educação em criar o Conselho Municipal de Educação?

Sim       Não

6- A Secretaria Municipal de Educação deseja receber apoio técnico para criar o Conselho Municipal de Educação?

Sim       Não



Nome do Presidente:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Endereço:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Bairro:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Município:

CEP:

UF:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Telefones:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CPF:

Profissão:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Segmento que representa:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Data da nomeação:

Data da posse:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Data do término do mandato:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**ATENÇÃO: NA FOLHA SEGUINTE APRESENTAMOS OS CAMPOS QUE DEVERÃO SER PREENCHIDOS COM OS DADOS DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. RECOMENDAMOS QUE SEJAM PROVIDENCIADAS MAIS CÓPIAS. O IMPORTANTE É QUE NENHUM DADO SOBRE OS CONSELHEIROS DEIXE DE SER INFORMADO.**



## MÓDULO II

### **AS QUESTÕES SEGUINTE SÓ DEVERÃO SER PREENCHIDAS, CASO O MUNICÍPIO TENHA CRIADO O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME**

8- Indique as funções ou características que o cme exerce. assinale mais de uma alternativa se for o caso:

- A)  Consultiva
- B)  Deliberativa
- C)  Normativa
- D)  Fiscalizadora
- E)  Propositiva
- F)  Mobilizadora
- G)  Outra

9- O CME Funciona:

- A)  Semanalmente
- B)  Quinzenalmente
- C)  Mensalmente
- D)  Ainda não começou a funcionar, apesar de já ter sido criado por ato legal
- E)  Já funcionou, mas agora está desativado
- F)  Outro(s)

10- Caso não funcione, indique o principal motivo:

- A)  Falta de pessoal para compor o conselho
- B)  Falta de espaço físico (local) para funcionar
- C)  Falta de interesse das pessoas indicadas e/ou eleitas
- D)  Falta de capacitação para os membros do conselho
- E)  Outro

11- Qual a periodicidade das reuniões ordinárias do CME?

- A)  Semanal
- B)  Quinzenal
- C)  Mensal
- D)  Bimestral
- E)  Semestral
- F)  O Conselho está desativado

12- O CME possui regimento interno?

Sim       Não

13 - Na composição do CME, indique quantos membros titulares representam o segmento do poder executivo ou órgãos executivos. assinale apenas uma alternativa.

- A)  1
- B)  2
- C)  3
- D)  4
- E)  Mais de 5
- F)  Não há

14 - Na composição do CME, indique quantos membros titulares representam o segmento de representantes de escolas públicas. assinale apenas uma alternativa.

- A)  1
- B)  2
- C)  3
- D)  4
- E)  Mais de 5
- F)  Não há

15 - Na Composição do CME, indique quantos membros titulares representam o segmento de representantes de escolas privadas. assinale apenas uma alternativa.

- A)  1
- B)  2
- C)  3
- D)  4
- E)  Mais de 5
- F)  Não há

16 - Na composição do CME, indique quantos membros titulares representam o segmento do poder judiciário. assinale apenas uma alternativa.

- A)  1
- B)  2
- C)  3
- D)  4
- E)  Mais de 5
- F)  Não há

17 - Na composição do CME, indique quantos membros titulares representam o segmento do poder legislativo. assinale apenas uma alternativa.

- A)  1
- B)  2
- C)  3
- D)  4
- E)  Mais de 5
- F)  Não há

18 - Na composição do CME, indique quantos membros titulares representam o segmento de pais de alunos. assinale apenas uma alternativa.

- A)  1
- B)  2
- C)  3
- D)  4
- E)  Mais de 5
- F)  Não há

19- Na composição do CME, indique quantos membros titulares representam o segmento de alunos. assinale apenas uma alternativa.

- A)  1
- B)  2
- C)  3
- D)  4
- E)  Mais de 5
- F)  Não há

20- No Processo de renovação do CME, sempre é mantida a paridade?

- Sim       Não

21- Qual o tempo de duração do mandato dos conselheiros?

- A)  1 Ano
- B)  2 Anos
- C)  3 Anos
- D)  4 Anos
- E)  Mais de 4 Anos

22- É permitida a recondução?

- Sim       Não

23- Caso afirmativa a questão anterior, assinale O Nº de vezes:

- A)  1 vez
- B)  2 vezes

C)  Mais de 2 vezes

24- Indique a forma de renovação do CME:

Parcial  Total

25- Indique a forma de escolha do (a) presidente (a) do CME:

A)  Indicação pelo Poder Executivo

B)  Eleição pelos pares

C)  O (a) Secretário (a) Municipal De Educação é Presidente Nato

D)  Outra

26- Indique a forma de escolha dos representantes da comunidade educacional e/ou de setores da sociedade civil:

A)  Indicação da entidade que representa o segmento

B)  Indicação do prefeito e/ou secretário municipal de educação

C)  Eleição de seus pares

D)  Outra

27- Quanto às reuniões do CME, indique o número de reuniões realizadas em 2004:

A)  1 Reunião

B)  2 Reuniões

C)  3 A 4 Reuniões

D)  5 A 10 Reuniões

E)  Mais de 10 reuniões

28- Indique os tipos de apoio financeiro que o conselheiro recebe:

A)  Jeton

B)  Pro-Labore

C)  Ajuda de custo

D)  Vale Transporte

E)  Não recebe

29- A Secretaria de educação libera o servidor/funcionário, por meio de licença remunerada, para exercer a função de conselheiro?

Sim  Não

30- Indique as quatro principais atribuições do CME:

A)  Aprovar regimento interno

B)  Propor sindicâncias

C)  Elaborar normas educacionais complementares

D)  Propor diretrizes para os planos municipais de educação

E)  Credenciar escolas

- F)  Autorizar cursos, séries ou ciclos
- G)  Emitir pareceres
- H)  Aprovar resoluções
- I)  Mobilizar os segmentos sociais, representados no CME,  
Para participar de recenseamento da população para fins educacionais
- J)  Outra(s)

31- Indique o local de realização das reuniões:

- A)  Prédio da Secretaria Municipal de Educação
- B)  Prédio alugado
- C)  Prédio cedido
- D)  Outro

32- O CME conta com funcionários para desenvolver tarefas administrativas?

- Sim       Não

33- Indique os equipamentos existentes no CME:

- A)  Telefone
- B)  Fax
- D)  Máquina de escrever
- C)  Microcomputador
- D)  Impressora
- E)  Outro (s)

34- Os equipamentos estão em bom estado de uso?

- Sim       Não

35- No orçamento municipal, há dotação específica para executar as ações do CME?

- Sim       Não